



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

### **Ata da terceira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 30 de novembro de 2022**

----- Aos trinta dias do mês de novembro, do ano dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, teve lugar a terceira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **1 - Período da Ordem do Dia:**-----

----- 1.1 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Fiscalidade do Município de Águeda para o ano de 2023; -----

----- 1.2 Apreciação e votação da Proposta de Desagregação de Freguesias que integram a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo, nos precisos termos em que foi apresentada, no âmbito do procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, conjugado com o n.º 6 do artigo 12.º da referida Lei;-----

----- 1.3 Apreciação e votação da Proposta de Desagregação de Freguesias que integram a União de Freguesias de Águeda e Borralha, nos precisos termos em que foi apresentada, no âmbito do procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, conjugado com o n.º 6 do artigo 12.º da referida Lei;-----

----- 1.4 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de revogação da deliberação da Assembleia Municipal que definiu o preço de venda de lotes nos termos do Regulamento Municipal do Parque Empresarial do Casarão, suspensão parcial e provisória do Regulamento Municipal do Parque Empresarial do Casarão e aprovação da proposta de alienação de lotes no Parque Empresarial do Casarão, através de hasta pública;-----

----- 1.5 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização prévia de compromisso plurianual, para celebração de aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência n.º 163/2019, de 18 de março, celebrado entre o Município de Águeda e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, e para ratificação da decisão de adjudicação da concessão e aprovação da respetiva minuta do contrato de concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros da Região de Aveiro;-----

----- 1.6 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Estratégia Local de Habitação de Águeda; -----

----- 1.7 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de 2.ª Adenda aos Contratos Interadministrativos n.º 318/16 e 319/16, celebrados com a Junta de Freguesia de Valongo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

do Vouga, para atualização do valor a pagar no âmbito do fornecimento de refeições escolares aos alunos do Pré-Escolar e 1.º Ciclo de Ensino Básico;-----

----- 1.8 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, para execução de tarefas decorrentes da candidatura aprovada e cofinanciada pelo Fundo Ambiental para requalificação ambiental e paisagística da Pateira de Fermentelos, com a Junta de Freguesia de Fermentelos, e com as Uniões de Freguesia de Barrô e Aguada de Baixo, de Recardães e Espinhel e de Travassô e Óis da Ribeira; -----

----- 1.9 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de revogação da deliberação da Assembleia Municipal que aprovou a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo, e aprovação da celebração de novo Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo;-----

----- 1.10 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com a União de Freguesias de Águeda e Borralha e com a União de Freguesias de Recardães e Espinhel;-----

----- 1.11 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Adenda ao Protocolo de Colaboração n.º 187/22, celebrado com a União de Freguesias de Recardães e Espinhel, para atribuição de apoio financeiro;-----

----- 1.12 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Protocolos de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão e a Junta de Freguesia de Valongo do Vouga, para atribuição de apoio financeiro;-----

----- 1.13 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, para atribuição de apoio financeiro extraordinário, no âmbito empreitada de requalificação do Edifício da Junta e da Unidade de Saúde de Travassô.-----

----- A sessão foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, José Filipe de Almeida Pereira, e secretariado pelas Senhoras Secretárias Cristina Paula Fernandes da Cruz e Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro. -----

----- **Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** -----

----- José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;-----

----- José Carlos Raposo Marques Vidal - PS;-----

----- Gabriel Alexandre Marques Abrantes de Almeida – PPD/PSD.MPT;-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

- Ana Rita Antunes Pereira – PS;-----
- Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT;-----
- Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP;-----
- Gabriel Oliveira Marques Arsénio - PPD/PSD.MPT;-----
- Gilda da Luz de França Passos Vieira – PS;-----
- Cristina Paula Fernandes da Cruz – PPD/PSD.MPT;-----
- Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS;-----
- Gabriel Duarte Pires – PPD/PSD.MPT;-----
- Rui Miguel Pires Moreto – CDS–PP;-----
- Júlia Maria Pinheiro de Melo – PS;-----
- Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro – PPD/PSD.MPT;-----
- Abílio Ferreira Gomes da Silva – PPD/PSD.MPT;-----
- Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente; -----
- José Miguel Ramos Tendeiro – PPD/PSD.MPT;-----
- Olívia de Sousa Passos – CDS–PP;-----
- António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas – PS;-----
- Gisela Valente Pinheiro – PPD/PSD.MPT;-----
- Hermínio da Conceição Marques Guapo – PS.-----
- **Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta/Uniãos de Freguesia (PJF):** -----
- Irene Henriques – Tesoureira da JF de Aguada de Cima; -----
- Nuno Gustavo Pimenta Cardoso – PUF de Águeda e Borralha; -----
- Ana Paula Moreira – Secretária da JF de Barrô e Aguada de Baixo; -----
- António de Oliveira Martins – PUF de Belazaima, Castanheira e Agadão; -----
- Carlos Miguel Nolasco de Lemos – PJ de Fermentelos; -----
- Manuela Maria Tomás da Costa Melo – Tesoureira da JF de Macinhata do Vouga; -----
- Pedro António Machado Vidal – PUF de Préstimo e Macieira; -----
- Manuel José de Almeida Marques de Campos – PUF de Recardães e Espinhel; -----
- Sérgio Edgar da Costa Neves – PUF de Travassô e Óis da Ribeira; -----
- Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; -----
- Rui Carlos dos Santos Mota - Secretário da JF de Valongo do Vouga; -----
- **Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Membros:** -----
- Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Edson Carlos Viegas dos Santos – PPD/PSD.MPT – Vice-Presidente; -----

----- Marlene Domingues Gaio -PPD/PSD.MPT – Vereadora -----

----- Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – Juntos – Vereador; -----

----- Luís Herculano Henriques de Pinho – PS – Vereador; -----

----- Daniela Alexandra Pereira Herculano – PS – Vereadora; -----

----- Antero Ricardo dos Santos Almeida – CDS - PP – Vereador; -----

----- O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, pelas vinte horas e trinta minutos, declarou aberta a Terceira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal e cumprimentou todos os presentes: -----

----- “Ora então muito boa noite a todos. Vamos dar início à terceira sessão extraordinária de dois mil e vinte e dois, hoje dia trinta de novembro de dois mil e vinte e dois. Começo, como é da praxe, por saudar e cumprimentar os senhores secretários da mesa, aos Srs. Deputados e Deputadas presentes, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr. Vice-Presidente, Sra. Vereadora e demais... Sras. Vereadoras, aliás, e demais Vereadores presentes. Uma saudação especial a todo o público aqui presente hoje, que bem que fica a plateia cheia, é bom, e espero que muitas mais vezes cá venham, serão sempre bem recebidos nesta casa, eu gosto de vos ver cá, portanto, sempre que puderem vão marcando a vossa presença que eu acho que todos nós ficamos bastante agradados com a vossa presença. Também a todos uma saudação também a todos aqueles que nos acompanham pela plataforma digital, neste caso também pela Águeda TV, a todos os funcionários da Autarquia que tornam possível não só a realização desta Assembleia também quer a sua transmissão e eu hoje julgo que não teremos aqui comunicação social presente, que também nos faz falta mas não temos. Seja como for faço votos que esta Assembleia seja uma Assembleia profícua, que tenhamos a hombridade de tratar todos os assuntos como como eles devem ser tratados e para o qual fomos eleitos, com respeito pelas normas regimentais, com elevação e decoro. Começo por vos comunicar dois pontos, um deles são as correspondências que entretanto recebi desde a última Assembleia até hoje e que se resumem apenas a uma, que neste caso foi os votos de boas festas que me que me foi endereçado à mesa da Assembleia, portanto, da concelhia do CHEGA de Águeda, portanto, que desde já agradeço e retribuo também. Depois vou passar a comunicar-vos as ausências e as respetivas substituições, e são várias hoje.-----

### ----- JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS -----

----- Portanto, eu recebi indisponibilidades e consequentes substituições dos Srs. Deputados, Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos que está substituído pelo Sr. Deputado Gabriel Oliveira Marques Arsénio. A senhora Deputada Ana Miguel Marques Neves dos Santos que está substituída pelo Sr. Deputado Gabriel Alexandre Marques, que ainda não chegou. A senhora Deputada Marta Isabel



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Pereira Gomes Soares da Costa que está representada pelo Sr. Deputado Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro, que já o vi. A senhora Deputada Isabel Maria Santiago Ferreira e está representada pelo Sr. Deputado Hermínio da Conceição Marcos Guapo. O Sr. Deputado Paulo Sérgio Gomes Tomás representado por Dra. Gilda da Luz França Passos Vieira, que também já tive o prazer de cumprimentar. Depois os senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, João Marques Pitau, Presidente da Junta de Freguesia de Barrô e Aguada de Baixo, está representado pela secretária da Junta, Ana Paula Moreira, que também já vi. Também o Sr. Presidente da Junta de Macinhata do Vouga, Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques está representado pela tesoureira Manuela Maria Tomás de Costa e Melo, que também já vi. O Sr. Presidente da Junta da Freguesia de Valongo, Luís Filipe Tondela Falcão está representado pelo secretário da Junta Rui Carlos Santos da Mota. Boa noite. E o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aguada de Cima, Albano Marques de Abrantes que está representado pela tesoureira Irene Henriques que também está presente. Portanto, estas são as comunicações das ausências e respetivas substituições. -----

----- Ora, de seguida, em termos regimentais nós temos um momento de intervenção do público e porque o público é vasto, hoje, eu quero apenas, certamente para aqueles que não estão mais habituados a isto, explicar-vos que em termos regimentais nós temos um período estabelecido, um período definido em termos regimentais que é de vinte minutos. Esses vinte minutos depois também estão definidos que no limite de cada intervenção há de ter cinco minutos mas como eu entretanto não sei quantas pessoas vão querer intervir, e se é que alguém vai querer intervir, eu vou questionar desde já e pedir que quem tenha intenção de intervir neste espaço, portanto, aberto ao público, que se inscreva já de imediato para depois poder gerir o tempo que tenho entre todos aqueles que querem intervir, está bem? Vamos começar a tomar nota e eu peço que quem queira intervir se levante e identifique pelo nome e de que Freguesia pertence, está bem?-----

----- **Munícipe Jorge Leitão:** Jorge Leitão, natural e residente de Aguada.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Jorge Leitão. Mais inscrições.-----

----- **Munícipe Fábio Duarte:** Fábio Duarte.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. São só? Pronto, então vamos dar a palavra. Sr. Jorge Leitão, faz favor. Use por favor aqui o púlpito para poder fazer a sua intervenção.-----

### -----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- **Munícipe Jorge Leitão:** “Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia, Sras. Secretárias e Deputados municipais, os meus cumprimentos. Cumprimento também o Sr. Presidente da Câmara e restante Executivo, mas permitam-me que cumprimente de forma muito especial os meus conterrâneos da Borralha e também de Águeda que estão aqui hoje para assistir a um momento



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

muito importante, sobretudo para a Freguesia da Borralha. A Assembleia vai hoje votar a proposta de desanexação das Freguesias de Águeda e Borralha, aprovada por nós na Assembleia de Freguesia com perfeito enquadramento na lei número trinta e nove, de vinte e quatro de julho. Foram longos meses de trabalho para conseguirmos cumprir os requisitos exigidos pela referida lei. A aprovação da Assembleia de Junta não teve nenhum voto contra, foi aprovada por maioria e com o parecer favorável do Executivo. Também já sabemos e muito agradecemos que o Executivo da Câmara tenha dado parecer positivo à desanexação. Este desejo de desanexação nada tem a ver com o trabalho desenvolvido pelo atual Executivo da Junta que está em funções há pouco mais de um ano. E não é pedido contra ninguém, nem contra Águeda nem contra todos aqueles que trabalharam na Junta em mandatos anteriores. O nosso pedido é a favor da população da Borralha que querem voltar a ter o controlo sobre a gestão da sua Freguesia. E não temos dúvidas dessa vontade porque foram recolhidas largas centenas de assinaturas a pedir a desagregação e a mobilização para cada Assembleia sobre o assunto foi sempre muito grande. Também achamos que a desanexação será boa para Águeda que tem um território muito grande para cuidar e poderá assim dedicar-se melhor a ele, sem resultar qualquer prejuízo se aprovar esta proposta. Os Srs. Deputados são portadores da proposta desanexação e de todos os documentos que acompanham a mesma, mas desejamos evidenciar o seguinte: conforme a legislação será constituída após desanexação das Freguesias e meio ano antes das próximas eleições uma comissão responsável pela instalação das Freguesias. Nessa altura também será ultimada a distribuição do inventário e do mapa do pessoal. Srs. Deputados, venho aqui pedir-vos que confirmem a vontade que já expressamos na nossa Assembleia de Freguesia e garantir-vos que Águeda e Borralha não sairão de costas voltadas mas sim irmanadas para melhor resolverem os problemas comuns da população das duas Freguesias. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Leitão. Sr. Fábio Duarte, por favor.-----

----- **Munícipe Fábio Duarte:** “Boa noite Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados da Assembleia e Srs. Vereadores. O tema que venho aqui colocar não é novo, já foi assunto para a Assembleia Municipal anterior, falo da ampliação do cemitério de Segadães. Não tem havido nenhuma evolução e entretanto já houve uma Assembleia de Freguesia em que se voltou a falar no assunto. O Sr. Presidente da Junta, partilhou connosco na Assembleia de Freguesia, no dia dezassete de novembro, que desde que o assunto foi abordado na Assembleia municipal já procurou ser recebido pelo Sr. Presidente da Câmara para poder falar sobre a questão da ampliação através da compra dos terrenos contíguos mas disse-nos que não conseguiu ou não consegue agendar reunião para falar sobre o assunto. Em algum momento, Sr. Presidente, em algum momento recebeu pedido



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

de agendamento dessa reunião ou pedido de reagendamento? Essa é uma situação que nos preocupa, como o Sr. Presidente da Câmara bem sabe, por isso queremos apelar a que respondesse ao Sr. Presidente da Junta para o receber e poderem debater melhor a possibilidade tendo em conta o desejo ou a tristeza da população com o que está a ser feito neste momento. Outra questão que temos para fazer é sobre a legalidade dos apoios da Câmara à Junta para a aquisição de terrenos contíguos com a finalidade de ampliar um cemitério. Nas Assembleias de Freguesia tenho assistido que é ilegal que a Câmara não pode apoiar a aquisição de um terreno para a ampliação de um cemitério. Gostávamos de ver esclarecido esse ponto. O Sr. Presidente da Junta também mencionou, na última Assembleia de Freguesia, que tinha pedido um projeto a um gabinete de arquitetura sendo que o valor seria elevado, cerca de dezassete mil euros, e que não vai avançar com esse projeto uma vez que não tem verba. Aproveito então para perguntar se foi pedido algum apoio à Câmara Municipal para esta finalidade. Outra questão que continua é sobre a posse do terreno. A ampliação foi feita em terreno de quem? Da Junta, da diocese ou da Câmara? Temos de ter em conta que esta ampliação foi feita num terreno considerado sagrado, pois foi onde esteve edificada a antiga e centenária igreja e este é um local que não pode ser mexido sem ter havido um estudo prévio por parte de um arqueólogo. Se foi feito num terreno da diocese foi dado conhecimento a esta entidade e houve autorização para o avanço da obra? O Sr. Presidente da Junta não salvaguardou o valor moral, ético, espiritual, religioso, cultural, apenas avançou com uma obra e continua a vincular a sua posição unilateral não dando ouvidos a população que o elegeu. Como é que é possível avançar com esta obra sem o parecer de um arqueólogo como a lei obriga, do delegado de saúde e sem o parecer prévio da CCDR, não elaborando um projeto antes de iniciar a obra e não submetendo nenhum projeto à Câmara. Como é que é possível iniciar uma obra sem ter licença da Câmara e de todas as entidades competentes? Aproveito ainda, e este é outro tema, aproveito ainda também esta intervenção para expor outro assunto. O parque infantil de Segadães junto à antiga escola primária está cada vez mais degradado, o Sr. Presidente da Junta explicou que a responsabilidade deste parque é da Câmara, que a competência é da Câmara. Queremos por isso alertar para a necessidade de uma manutenção porque é um equipamento importante para a Freguesia. E é só. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Vão-me desculpar, talvez não tenham conhecimento mas não é possível manifestar-se. Em termos regimentais não é possível manifestar-se. Fica o aviso, está bem? Por favor. Sr. Presidente quer antes disso, mais ninguém quer usar da palavra no público? Sr. Presidente quer...-----

-----**Deputado Miguel Oliveira:** Sr. Presidente posso usar da palavra?-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**Presidente da Assembleia:** Faz favor.-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:**-----

----- “Muito obrigado Sr. Presidente. Os meus cumprimentos a todos. A dúvida tem a ver com o seguinte: Sr. Presidente, a interpretação que fazemos do regimento, aliás da lei, este período destina-se para o público fazer as exposições e as concentrações sobre assuntos de interesse municipal. Como aqui foi feito. Naturalmente o destinatário dessa exposição do público, em primeiro lugar a Assembleia municipal, são os destinatários porque é na Assembleia Municipal que nós estamos. Houve questões que foram colocadas ao Sr. Presidente da Câmara e certamente o Sr. Presidente da Câmara há de dar a resposta que entender, mas também ouvi aqui uma série de considerações sobre propostas ou palavras ou algo que há de ter sido dito ou não dito pelo Sr. Presidente da União de Freguesias Trofa, Segadães e Lamas. E sendo ele visado é de elementar justiça que possa também usar da palavra para fazer as considerações que bem entenda, sendo que eu não sei se ele quer usar da palavra. Portanto, pergunto-lhe Sr. Presidente se corrobora se é do mesmo entendimento ou não. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Eu vou-lhe dizer qual é o meu entendimento. De facto a intervenção do público destina-se sem dúvida a esta Assembleia. A intervenção que o Sr. Deputado refere na minha opinião resumiu-se a questões diretas colocadas ao Sr. Presidente da Câmara. É verdade que na intervenção da pessoa em causa, o senhor Fábio Duarte, no decurso da sua intervenção faz menção a questões que se passaram na Assembleia de Freguesia, faz menção a referências, a expressões que terão sido ditas pelo Sr. Presidente da Junta, mas sobre essa matéria, vamos lá ver, se nós abrissemos aqui o direito de resposta sempre que ocorresse uma situação dessas também não se trata de uma questão de defesa da honra porque não é o que está em causa... portanto, esclarecimento, vamos ouvir a resposta do Sr. Presidente da Câmara, se assim entendem e, entretanto, veríamos se o Sr. Presidente da Junta entende ainda assim intervir, está bem? É uma sugestão.-----

----- **Deputado Miguel Oliveira:** Peço desculpa, vou falar. É que noutras circunstâncias, noutras Assembleias de outros mandatos foi sempre possível uma vez a pessoa sendo visada intervir para esclarecer.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado...-----

----- **Deputado Miguel Oliveira:** Para esclarecer, não é para responder.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado Miguel Oliveira, vai-me desculpar. O que se passou em mandatos anteriores eu não osso obviamente discursar sobre isso, nesta altura esta questão está a ser colocada e objetivamente eu estou a tentar gerir da melhor forma para que ninguém saia daqui





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

prejudicado. Pelo menos naquilo que é a pretensão, que é o munícipe ter acesso à sua resposta. Vamos tentar perceber qual é a resposta do Sr. Presidente, se ele quiser a tomar, e entretanto Sr. Presidente da Junta também poderá dizer se quer usar da palavra ou não e depois entretanto logo se verá. Sr. Presidente da Câmara, por favor.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Posso?-----

----- **Presidente da Assembleia:** Faz favor. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** “Muito obrigado. Muito obrigado a todos. Muito boa noite a todos, Sr. presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima mesa, caros companheiros, colegas Vereadores, senhores membros desta Assembleia. E deixem-me saudar de uma maneira muito especial este muito público que nós aqui temos e dar-vos conta de que é muito agradável nós estarmos afinal de contas a fazer estas sessões e termos a companhia dos nossos cidadãos, isso mostra que há vontade, há interesse e sabem uma coisa? É absolutamente fundamental que as nossas populações se mantenham interessadas e sejam parte integrante daquilo que é afinal de contas a nossa vida comum, aquilo que nós afinal de contas todas as vezes que aqui viemos pretendemos fazer. Sejam bem-vindos, muito obrigado por virem, atrevo-me a convidar-vos para virem mais vezes. E, portanto, queria aqui nesta fase e apenas e só responder à interpelação que me foi feita relativamente a esta questão do cemitério e muito sinceramente vou ser muito parco na resposta para que não haja dúvidas e não haja segundas leituras. Primeira questão: a Câmara Municipal entende e faz prática de que as Juntas de Freguesia são um grande e enorme parceiro nesta gestão do território que é de todos nós. Tem dado completamente e sempre indicações inequívocas desse interesse e dessa vontade, basta-se dizer, e volto a dizê-lo e repeti-lo, somos dos Municípios que mais transferências de competências e financeiras fazem para as nossas Juntas de Freguesia, capacitando-as o mais possível para isso. Quero-vos dizer que na assinatura de um acordo de apoio, de protocolo de apoio entre a Câmara com a Junta de Freguesia, tive no meu gabinete uma conversa com o Sr. Presidente da Junta e o senhor secretário, penso eu, Lino, da Junta de Freguesia à cerca deste tema. Aí deixei claro aquilo que é claro para todos e não pode ter segundas leituras, até porque hoje, aqui, vamos aprovar, espero, esta Assembleia é convidada a aprovar o apoio para a aquisição de um terreno junto ao cemitério de Casal de Álvaro. Não é hoje, desculpem, não é hoje. Nós tivemos a reunião de Câmara há um bocadinho, vai ser na próxima reunião que aconteça. Mas, portanto, foi hoje aprovada no Executivo. No Executivo foi aprovada esta proposta de um apoio à Junta de Freguesia, à União de Freguesias de Recardães e Espinhel para aquisição de um terreno junto ao cemitério de Casal de Álvaro. Há uma coisa que eu vos posso garantir, sempre tratámos todas as Freguesias com a maior equidade e com a maior igualdade no trato. E, portanto, não há



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

dúvidas nenhuma de que a Junta de Freguesia está perfeitamente mandatada... mandatada não, é competência da Junta mas estamos completamente recetivos a trazerem-nos aqui uma proposta para ajudarmos a resolver o problema. De que forma? Da forma que a Junta de Freguesia entenda, por uma razão muito simples, a gestão do cemitério paroquial... paroquial não, da Freguesia de Segadães é da inteira competência da Junta de Freguesia. Está correto? E, portanto, a Câmara quanto muito apoia e sabem uma coisa? Apoia todas. E acho que andamos todos neste mundo, há uma coisa que toda a gente fica absolutamente ciente e claro, nós não fazemos rigorosamente nada às escondidas com umas Juntas sem conhecimento das outras, tudo passa aqui. E, portanto, todos nós sabemos que praticamente todos os cemitérios de todas as Freguesias de todo o Concelho foram já em algum momento comparticipados e financiados pela Câmara Municipal. É para continuar. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. E porque de facto considero que talvez não tenha ficado tudo clarificado e no que respeita à questão que envolve a Junta de Freguesia em causa, Sr. Presidente da Junta faça favor.-----

----- **Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga:** -----

-----”Ora, boa noite Sr. Presidente, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas, público presente. Ora bem, eu realmente hoje eu não venho preparado para responder porque não pensei que nas Assembleias extraordinárias se pudesse abordar assuntos que não são da ordem de trabalho. E não é a questão de não ter resposta, é a questão que eu acho que de facto o assunto, até porque já veio aqui repetido às vezes, merece uma resposta à altura. Já procurei na Assembleia de Freguesia responder e irei responder a vocês e espero que da próxima Assembleia cá estejam. (impercetível) resposta à altura foi aqui o sítio onde houve mais publicidade, já na última Assembleia, portanto, já dei algumas respostas. Em relação ao Sr. Presidente, é assim, eu gostava... pronto, vou ter que fazer aqui porque senão passo por mentiroso, não é? É assim, eu pedi-lhe uma reunião por escrito acerca do assunto e o senhor sabe... vou só fazer aqui um parênteses. E em termos de postura, porque é assim o senhor não é uma pessoa qualquer. Independentemente das diferenças que a gente tenha, independentemente de tudo às vezes do que se possa pôr numa campanha, o senhor é o nosso representante e eu não só como cidadão, como presidente da Junta, e sempre o demonstrei enquanto Presidente da Junta especial cuidado com o trato com o senhor, até se calhar às vezes quando não o devia fazer, isso tenho a certeza que também de maneira inversa. Certo? E, portanto, eu é muito fácil chegar aqui e dizer, pronto, o que me apetece e não o quero fazer. Primeiro, porque o senhor, como digo, é o nosso representante e eu tenho respeito por isso. Então eu vou-lhe só dizer o seguinte, eu pedi-lhe uma reunião por escrito acerca deste assunto, a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

conversa que nós tivemos, tivemos na assinatura de um protocolo em que eu lhe disse assim: “Sr. Presidente, estou à espera de uma reunião” e o senhor “diz lá”. Foi ou não foi? A reunião ficou a meio, certo? Que o senhor levantou-se, foi atender o telefone, porque não era esse o ponto. Mais, tornei a mandar um email a dizer “Sr. Presidente, por favor marca reunião”. Eu não duvido da sua boa fé! Agora é assim, eu vou-lhe dizer só e vou terminar porque depois na altura devida eu vou responder. Aquilo que eu lhe disse nessa reunião, que o senhor disse “ó presidente, então mas o senhor em determinada altura diz-me isto e agora diz que não disse?” e o senhor disse... e eu acredito em si! E o senhor disse “é pá é que eu não me lembro”. Eu acredito! E sabe o que é que eu lhe disse? “Eu tudo bem, agora eu é que não posso passar por mentirosos!” Certo? -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Eu também não.-----

----- **Presidente da Junta de Freguesia:** A questão é só esta, e provo por A mais B que estou a dizer a verdade porque não tenho necessidade nenhuma... porque há aqui uma coisa, eu não tenho necessidade nenhuma de mentir! A gente comete erros, assume! Não é? A questão do cemitério não é só comprar um terreno. Então e o resto? Eu não lhe perguntei a si... epá eu não gostava mesmo de intervir mas vou só dar aqui um tópico. O cemitério compra um terreno e está feito? Não está. E o resto? Então o resto é um apoio extraordinário? A Câmara vai dar setenta, oitenta ou cem mil euros para fazer um cemitério? Ou é do dinheiro da Junta? Não, não mas é que isto é verdade! Certo? E é sistemas que eu tenho de tratar consigo que é para a gente... é claro, é assim, o senhor não me deu em tempos essa prerrogativa de pedir dinheiro, se hoje dá é o que eu vou... só se o senhor ver, que eu vou aproveitar! Então mas é óbvio! Isto não é nenhuma questão de orgulho. Agora eu tenho um problema e tenho uma circunstância atual. Eu na próxima Assembleia responderei, aliás, porque vocês também merecem resposta a outro nível, certo? E vão tê-la. E vão tê-la.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente da Junta. Sr. Presidente da Câmara, por favor.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** “Desculpem mas naturalmente que eu não quero fazer de maneira nenhuma que o Sr. Presidente da Junta passe por mentiroso mas eu também não. Eu é que não poderei ficar aqui. Sobra alguma dúvida daquilo que eu vos disse? Que foi rigorosamente isto, apenas e só o que disse ao Sr. Presidente da Junta. Disse-lhe outra coisa. Disse que os apoios da Câmara Municipal às Juntas de Freguesia naturalmente que dependem da decisão e opção do Presidente da Junta. O Presidente da Junta em cada ano chega junto da Câmara e diz o que é que pretende fazer. Nesta questão do cemitério não se pode colocar numa situação de dizer o seguinte: “vou resolver tudo aquilo que tinha em mente e agora a seguir mais um cemitério”. Não! O cemitério tem que vir na primeira hora para cima da mesa. É uma necessidade daquela população ou não é? O



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

senhor tem que a sentir e tem que aperceber! É só isto. Estou-vos a dizer que esta situação... e disse-lhe outra coisa que o senhor se lembra. Disse o seguinte: “o senhor anda há muito tempo, não podia de maneira nenhuma eu ter outro tipo de intervenção ou dizer-lhe outro tipo de coisa” Porquê? É fácil. No tempo em que o senhor frequenta estas Assembleias e reuniões com os Presidentes de Junta, quantos apoios para quantos cemitérios já não deu a Câmara? Quer que eu lhe lembre? O apoio da aquisição de uma casa em Fermentelos para ampliarmos o cemitério de Fermentelos. Tenho quase a certeza que o senhor estava aqui e votou favoravelmente. Como é que eu lhe posso dizer outra coisa? O muro de suporte para o cemitério de Valongo do Vouga há bem pouco tempo. Como é que o senhor... não ouça! Diga-me uma coisa, precisamos de mais algum esclarecimento? Traga-me de dados concretos. Traga-me dados concretos e indiscutivelmente é o seguinte, tem a palavra de honra de que temos a disponibilidade total para apoiar. Não é extraordinário, é não ordinário como todas as outras coisas. Ordinário ou extraordinário dependendo do critério. Com certeza. Não é extraordinário para todos. O senhor vai ter com várias pessoas aqui...-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente da Junta... não troquem palavras, por favor.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Já agora abro também uma coisa porque o senhor também cá esteve durante este tempo e ouviu perfeitamente. Em situações, lembro-me perfeitamente da situação do caso de Fermentelos. Sabe o que é que eu disse aqui? Nós nesse ano, a Junta de Freguesia que eu me lembre levou este valor. E dissemos o seguinte, nós tivemos que ir suplementarmente, porquê? Porque era a aquisição de uma casa para... claro que os valores subiram. Estamos cá sem problema nenhum. Aliás, foi isto que eu lhe disse, pensei eu que estava esclarecido, afinal de contas precisamos da reunião formal. Pode ser sexta-feira. Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Bom o assunto e de acordo com a intervenção do Sr. Presidente da Junta não vai ser aqui discutido hoje até porque o mesmo não vinha preparado para o efeito, portanto, não vale a pena nós estarmos muito mais, até porque eu julgo que a população que aqui está não vai conseguir atingir os seus objetivos nos esclarecimentos que pretende. Portanto, não vale a pena continuarmos e muito menos nesta troca de palavras entre entramos porque não vamos chegar a lado nenhum. Bom, não havendo mais intervenção do público, eu julgo que não haverá mais nada que... nenhum Grupo Municipal queira propor nem intervir. Portanto, vamos então passar... vamos dar início ao período da ordem do dia. Não sem antes e ainda que não tenhamos chegado sequer a ele, mas porque para mim é importante perceber...-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Presidente, só um momento, desculpe. Queria pedir aqui desculpa só porque eu esqueci-me de responder a uma coisa e naturalmente queria responder. Dá licença, pode ser?-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Presidente da Assembleia:** Faz favor, Sr. Presidente.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** “ É que fez uma pergunta relativamente ao parque infantil e eu queria dizer que a escola e a pré-escola de Segadães encontram-se entregues ao CASAS, que entre várias coisas é gerir o património, não sei quê, reparar... e não nos chegou cá outras questões, portanto, era só para dizer que tenho aqui o protocolo porque tinha sinceramente esta a ideia de que não era neste momento uma preocupação do serviço do Município fazer a manutenção daquele espaço da escola e tudo, porquê? Porque está cedida ao CASAS. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente, está esclarecido. Estava eu então... antes de dar início aqui ao período da ordem do dia fazer aqui uma chamada de atenção para a Assembleia do seguinte: detetei a existência de um lapso quanto à redação do ponto um ponto sete, o ponto um ponto sete está na convocatória, portanto, vamos lá ver, na proposta a proposta, a redação da proposta está correta e a documentação junta também está correta. Na convocatória houve lapso de escrita no ponto um ponto sete. Onde se refere “análise e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de segunda adenda aos contratos administrativos” deve ler-se “celebração de adendas a protocolos e contrato Inter administrativo. Número trezentos e dezoito dezasseis e trezentos e dezanove dezasseis celebrados com a Junta da Freguesia de Valongo do Vouga para a atualização do valor a pagar no âmbito do fornecimento de refeições escolares aos alunos do pré escolar e primeiro ciclo de ensino básico”. Só fazer esta chamada de atenção, por favor, para que todos depois estejamos em sintonia quando eu o colocar à discussão e à votação. Ora, vamos então, ponto da ordem de trabalhos.-----

### ----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- **1.1 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Fiscalidade do Município de Águeda para o ano de 2023;**-----

----- **Presidente da Assembleia:**Sr. Presidente da Câmara, quer fazer introdução do ponto?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Sr. Presidente, sim. Muito rapidamente. Voltamos uma vez a trazer a fiscalidade que nos propusemos e que nos propusemos fazer acontecer há uns anos a esta parte. E essa é nem mais nem menos que a menor fiscalidade possível para os municípios deste Concelho. Nós naturalmente aqueles impostos que são mais importantes, nomeadamente o IMI, que todos nós reconhecemos e todos nós percebemos que as pessoas que têm que pagar um imposto sobre uma coisa que é delas mas que é assim. É importante que todos tenham noção de que em Águeda pagam o mínimo que podem pagar e a Câmara não pode baixar abaixo do mínimo legal e é isso que nós estamos a fazer. Portanto, às vezes é notícia que a Câmara tal baixa cinco pontos ou vinte e cinco pontos ou qualquer



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

coisa relativamente ao IMI, nós não podemos baixar porque estamos no mínimo legal. E, portanto, é uma coisa que às vezes é importante percebermos. Já relativamente à devolução dos cinco por cento do IRS que cada um de nós contribuintes paga fruto do seu trabalho, a Câmara municipal tem direito a cinco por cento devolve-os inteiramente a esse trabalhador, a essa pessoa que no âmbito do seu IRS os descontou. Numa rubrica que se chama Benefícios Fiscais cada um de nós, na demonstração do IRS, pode perceber quanto é que afinal de contas a Câmara devolve... devolve não, que não chega a receber, portanto, é a devolução que é feita a cada um dos munícipes contribuintes. E, portanto, também as taxas de direito de passagem estão abolidas e a única coisa que mantemos aos níveis habituais é a derrama, porquê? Porque a derrama incide sobre as empresas e sobre o lucro das empresas que têm lucro. Portanto, não é um imposto que se aplica a todos, por exemplo, uma qualquer empresa que esteja em dificuldades financeiras não paga essa derrama. Portanto, é o lucro sobre o lucro e, portanto, nesse caso concreto é o único imposto que nós efetivamente mantemos no valor máximo. Sr. Presidente, muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado Sr. Presidente. Inscrições para o ponto. Sr. Deputado Miguel Oliveira, Sr. Deputado Gabriel Arsénio e o Deputado Mauro também. Sr. Deputado. -----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:**-----

----- “Muito boa noite a todos. Muito boa noite Sr. Presidente, Sras. Secretárias, muito boa noite a todos os membros da Assembleia, Srs. Presidentes de Junta, Sr. Presidente da Câmara, senhoras e Srs. Vereadores. Membros do público aqui presentes então, um grande número, é sempre excelente ter uma moldura completa como está hoje. Representantes dos órgãos da comunicação social e os funcionários que nos auxiliam nestes trabalhos da Assembleia. Este ponto tem a ver com a fiscalidade do Município e quem está certo das suas convicções e das suas razões não tem de mudar discurso. Incoerência com o que o CDS sempre defendeu, acreditamos que ter uma fiscalidade baixa é um elemento importante para a afirmação e para a competitividade do Município. A fiscalidade mais baixa beneficia as famílias e a economia, favorece a captação de novos residentes e a permanência dos que cá vivem e a proposta que nos trazem mantém, em termos gerais, a fiscalidade municipal nos níveis aprovados desde há cerca de dez anos a esta parte, o que saudamos. Por um lado porque é positivo que se mantenha a redução de IMI para as famílias com crianças a cargo, que é uma medida que em devido tempo foi apresentada pelo CDS, neste caso por mim próprio, e que foi aprovada pela Câmara e pela Assembleia Municipal e que se mantém. É positivo que o Município continue a abdicar da sua comparticipação de cinco por cento do IRS em favor dos munícipes, mesmo assim no uso a uma alteração da lei do IRS que foi proposta pelo Grupo Parlamentar do CDS na Assembleia da República e tantas vezes defendida por mim enquanto Vereador da Câmara



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Municipal e que no mandato ainda do Dr. Gil Nadais começou a ser cumprida. E de uma forma geral concordamos com as isenções e as reduções que em anos sucessivos têm sido aprovadas pelo Município. No entanto, e como temos vindo a frisar sempre, há dois pontos desta proposta que nos merecem enorme reserva. Em primeiro lugar continuamos a discordar da majoração do IMI para o triplo nos prédios considerados devolutos que é claramente desproporcionada face à definição legal de prédio devoluto e face à majoração do IMI para os prédios em ruína, que é trinta por cento, e além disso, como os resultados do censos de dois mil e vinte bem demonstram agora, não só em Águeda como na generalidade do país é uma medida claramente ineficaz na promoção da ocupação dos prédios considerados devolutos, talvez por causa da própria definição que se faz de prédio devoluto, que é o principal argumento usado em favor da adoção desta majoração que é absurda. Triplicar o valor do IMI é absurdo. Quanto muito é eficaz a favorecer os interesses comerciais das companhias de água, eletricidade e comunicações, bem como a cobrança de receitas indiretas pelo Estado. E também pela Autarquia. Mas há um ponto que nos afasta definitivamente da política fiscal que tem vindo a ser executada no Município, que é o que respeita à derrama municipal. A derrama é uma taxa de um vírgula cinco por cento que incide sobre o lucro tributável das empresas. Não é o lucro do lucro. É sobre o lucro tributável das empresas, qualquer que ele seja, incidirá uma taxa de um vírgula cinco por cento que reverte para o Município se assim for decidido. Sobre esse lucro convém que se diga que já há de IRC e já há derrama estadual. A lei estabelece que os Municípios podem reduzir essa taxa para valores inferiores a um vírgula cinco por cento. Mas Águeda continua a aplicar a taxa máxima. Pior do que isso, pelo menos desde dois mil e sete a lei permite que o Município aprove a isenção da derrama para empresas com volume de negócios anual até cento e cinquenta mil euros. Ora, em Águeda só existe isenção de derrama para volumes de negócios - não é para lucros! É a atividade total da empresa durante um ano! - para a atividade total de uma empresa até cem mil euros. Há quase uma década que o CDS, tanto na Câmara como na Assembleia Municipal, tem impedido que a isenção derrama seja alargada para as empresas com volume de negócios até cento e cinquenta mil euros que é o que está estabelecido na lei. Não temos sido ouvidos e o resultado final é este. O Sr. Deputado vai gostar de ouvir esta. O Sr. Deputado José Vidal vai gostar de ouvir. Hoje segundo dados oficiais da Autoridade Tributária, Águeda é o único Município que isenta de derrama as empresas com volume de negócios anual até cem mil euros, em vez de cento e cinquenta mil euros, como temos sucessivamente vindo aqui propor. E é isso. Soma o facto da fiscalidade anual aprovada nesta Assembleia não contemplar nenhuma redução à taxa máxima de um vírgula cinco por cento. Ainda é mais grave o seguinte! Esta informação da Autoridade Tributária está disponível para os investidores nacionais e para os investidores estrangeiros. E se há



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

coisa que um investidor vai ver, sempre, é a fiscalidade que em cada sítio lhe vai ser aplicada. Ou seja, se a baixa fiscalidade é além de um apoio aos empresários um sinal que se dá à sociedade, então o sinal que o Município está a dar é o de ser de todos os de Portugal, dos que menos apoia e incentiva os empreendedores das micro e pequenas empresas. Nem os Municípios governados pelo partido comunista português vão aos lucros dos pequenos empresários com a ganância com que vai o Município de Águeda. Como tal, depois de termos passado anos a pedir que esta situação seja revista e termos sido sucessivamente ignorados, não nos resta outra forma de protesto que aquela que iremos usar no momento seguinte nesta Assembleia. E, portanto, é determinante um pedido, que eu faço, uma proposta que eu faço, Sr. Presidente, para que a proposta que temos de fiscalidade seja votada ponto a ponto e não de forma global. Vou-lhe explicar porquê. Porque na maior parte dos pontos estamos de acordo e votaremos a favor, mas se fechar esta proposta, se a Assembleia decidir fechar esta proposta e for feita a aprovação global, nós como sinal de protesto não temos outra forma de nos expressar que não desta vez votar contra. Muito obrigado Sr. Presidente.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Gabriel Arsénio, por favor.-----

----- **Gabriel Oliveira Marques Arsénio – PPD/PSD.MPT:**-----

----- “Boa noite. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros membros desta Assembleia Municipal, Presidente de Junta, funcionários da Autarquia, funcionários da Águeda TV, público aqui presente, grande moldura humana hoje, público presente através da transmissão online, os meus cumprimentos. Falemos de fiscalidade. Mais uma vez o nosso Município insere-se no reduzido número de Autarquias a nível nacional e é mesmo o único em toda a nossa região que aplica os mais baixos impostos. Aliás, tal como vem sendo hábito há uns anos a esta parte. Das medidas que fazem parte integrante do pacote fiscal para dois mil e vinte e três, e o qual já foi aprovado em reunião de Câmara, incluem-se a aplicação da taxa mínima de IMI que é de zero vírgula três por cento, a abdicação total da taxa variável de IRS que é devolvida às famílias aquando da liquidação de IRS e de derrama, neste caso no que diz respeito a empresa que tenha um volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros. Também a isenção das taxas municipais de turismo, ocupação de subsolo, gás natural e direitos de passagem fazem parte deste pacote fiscal para dois mil e vinte e três. Começando pela derrama, imposto que incide sobre o lucro das empresas, o Município mais uma vez decidiu pela aplicação da taxa de um vírgula cinco por cento, mas decidiu estender isenção a mais empresas e por isso, em dois mil e vinte e três, apenas será um tributadas aquelas que apresentem um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros ao invés de cem mil euros como tem sido ao longo dos últimos anos. Significa isto que as empresas com volume de





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

negócios inferior a cento e cinquenta mil euros estarão isentas. Sr. Presidente, Srs. Vereadores, esta alteração é necessária e merece o nosso tal apoio. Temos de preservar a dinâmica empresarial do nosso Município e a conjuntura em que nos encontramos não é fácil. Quando as empresas começavam a recuperar da pandemia instalou-se uma crise energética e a guerra também veio a gravar as dificuldades no abastecimento de matérias-primas. Ninguém fica indiferente ao impacto da inflação e por isso esta novidade é boa para as empresas e poderá ser importante também para o emprego no nosso Concelho. No que respeita ao IMI, a Câmara de Águeda optou pela taxa mínima permitida por lei, os zero vírgula três por cento já referidos. Para se ter noção, se aplicasse a taxa máxima admissível por lei, ou seja, zero vírgula quarenta e cinco por cento ao invés de aplicar os zero vírgula três por cento, o aumento aceite para a Câmara seria na ordem dos dois vírgula oito milhões de euros, um valor que fica no bolso das famílias aguedenses. Ainda relativamente ao IMI, algo interessante que merece referência que é o seguinte. Se por um lado o imposto que a Câmara de Águeda aplica se mantém no mínimo permitido por lei há vários anos, por outro tem sido sustentado o aumento da coleta de IMI desde dois mil e dezasseis e sendo este o imposto sobre imóveis, qual o motivo da constante aumento da coleta para o Município? Será o aumento do número de imóveis? Será a dinâmica em crescimento do nosso Município? Será que então tudo o que foi noticiado e depois afirmado relativamente à pouca eficiência financeira municipal não traduz a realidade que os dados nos transmitem? Ficam as questões. No que toca ao IRS, a Câmara de Águeda abdica do montante da participação variável do IRS. Neste caso a taxa máxima permitida por lei é de cinco por cento e a Câmara de Águeda abdica na totalidade da aplicação deste imposto. A Câmara podia arrecadar através deste imposto cobrado no IRS contribuintes do Concelho, a quantia de dois vírgula três milhões de euros, mas este valor vai também ficar no bolso dos aguedenses ao ser devolvido aquando da liquidação de IRS. Somando os valores de IRS que a Câmara de Águeda abdica obtemos a quantia de cinco milhões de euros que não é cobrado ou é devolvido aos nossos munícipes. Na altura que vivemos este é um claro apoio direto às famílias do nosso Concelho e só não é superior porque a lei não o permite. O que não vamos ver noticiado é que a Câmara Municipal de Águeda desceu os impostos! Mas isso é porque já são o mais baixo possível. É algo incontestável, inatacável, não há por onde criticar esta atuação do nosso Executivo, mas só é possível porque está alicerçado, como já foi aqui referido na última Assembleia Municipal, por rigor financeiro, com a execução orçamental da receita e despesa a atingir resultados muito positivos e aprovar a boa gestão que é feita no nosso Município. Sr. Presidente e restante equipa, o caminho está traçado, faz-se com estas medidas sólidas e determinadas com foco no bem-estar e em benefício de todos os nossos munícipes e é com esta política que a maioria dos aguedenses concorda e se revê, merecendo total apoio e é a visão do nosso grupo Juntos PSD MPT. Muito obrigado.”-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Mauro Ezequiel, por favor.-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS:**-----

----- “Boa noite a todos. Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes e os que nos assistem pela Águeda TV. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se, novamente, pela manutenção da fiscalidade a níveis baixos no Concelho de Águeda. Efetivamente na proposta que está apresentada o limite da derrama passou de cem para cento e cinquenta mil, pelo menos é o que está escrito aqui nos documentos. Portanto, é só uma pequena correção ali ao Sr. Deputado do CDS. De referir só aqui um pormenor que é o seguinte. Estatisticamente em Águeda existem agregados familiares que têm rendimentos muito baixos e relativamente ao IRS a devolução do IRS nesse aspeto não existe. Portanto, se eles não chegam aos limites não existe. Eu estive a ver hoje por acaso assim muito de repente, abaixo de cinco mil euros, de rendimentos de cinco mil euros existem dois mil agregados familiares. Entre cinco e dez mil euros, sendo certo que a partir do salário mínimo, dos catorze meses, poderá incidir IRS e poderá ser devolvido algum valor, existem sete mil e quinhentos agregados, portanto, estamos a falar de uma franja ainda bastante grande de pessoas que não lhe é devolvido o IRS. Portanto, uma chamada de atenção que o Grupo Parlamentar do PS quer frisar é que no orçamento possam ser adotadas medidas para colmatar estas falhas porque temos aqui bastantes agregados se formos comparar, se forem duas pessoas estamos a falar de dez, doze mil pessoas, que têm que ser ajudadas com outros incentivos nomeadamente, por exemplo, para ao arrendamento porque estas pessoas têm baixos rendimentos que logicamente também não vão ser afetadas pela baixa taxa do IMI porque se calhar eventualmente não têm capacidade financeira para ter um empréstimo à habitação. Portanto, temos aqui uma série de pessoas que necessitarão de outros incentivos e pedimos que seja essa parte considerada quando for feito o orçamento para dois mil e vinte e três. Muito obrigado Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor, dispõe ainda de três minutos.-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----

----- “Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, com efeito há uma confusão feita, foi aqui abordado pela nossa parte. É que o texto refere sistematicamente o valor de cem mil euros mantendo-se aquilo que está. E depois na proposta concreta vem fazer o alargamento para cento e cinquenta mil euros, o que então nós só temos de saldar. No entanto, Sr. Presidente, chamo à atenção para o seguinte. O Município de Águeda há muito tempo que - já conversámos sobre isto - deveria ter um regulamento específico de incentivos para as empresas e o que consta nesse regulamento deve ser vertido para esta informação que é levada à Autoridade Tributária. Porque um investidor que pega



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

neste documento, que é relativo, notem-se, isto foi aprovado o ano passado, mas como tal como estamos a fazer aqui estamos a aprovar a fiscalidade para o próximo ano. No início do ano a Autoridade Tributária vai publicar isto. E, portanto, durante um ano é isto que os empresários vão ver, há Municípios que à conta das reduções que são possíveis fazer - entretanto a legislação foi mexida - aplicam taxas de duzentos e cinquenta mil euros de isenção, trezentos mil euros de isenção e quando há em causa a criação de emprego a isenção pode ir até um milhão de euros. Nada disto vamos pedir para agora. Mas deixamos esta sugestão, que logo que esta matéria seja vertida em regulamento municipal, se forneça à Autoridade Tributária, conjuntamente com a informação que segue desta Assembleia sobre a fiscalidade do Município, a importância de salientar estes incentivos que são dados às empresas no nosso Município. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Mais alguma inscrição para o ponto? Sr. Deputado. José Vidal, por favor.-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

----- “Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados municipais, Sr. Presidente da Câmara, eu venho aqui só para reforçar que quando nós aprovamos fiscalidade não podemos pensar só em números. Portanto, isto aqui tem a ver com pessoas. Infelizmente vem aqui a fiscalidade fora das grandes opções do plano. Porque isto devia estar integrado e deveria ter uma certa articulação. E o porquê? O porquê tem a ver com a intervenção que houve aqui do CDS e tem a intervenção que o PSD tinha. O PSD mudou essa posição. Antes também era a favor de que baixasse a derrama, isto é, o imposto sobre os lucros. O PSD era a favor, agora mudou, ainda bem. Porque quando falamos de um e meio por cento de um milhão de lucros estamos a falar que o empresário com quinze mil euros irá criar postos de trabalho. Não vai. Vai facilmente à Costa Nova, aqui e ali e gasta isso em almoços e jantares. Só para dizer que às vezes porque é que o PS sempre votou a favor da derrama máxima? Sendo pelo lucro preferimos que seja a Câmara Municipal a gerir esse dinheiro para a redistribuição por aqueles que nada recebem e em nada têm direito. Como já vimos, há mais dez mil famílias em Águeda que não pagam IRS porque nem sequer ganham para pagar o que é indigno. Só por si já é indigno. E é com esses dois milhões que a Câmara recebe, que a Câmara devia verter isso e ser muito explícito nos apoios sociais, nos plano e orçamento de dois mil e vinte e três, que foi hoje aprovada à tarde, e que nada lá consta para essas pessoas. Além das medidas sociais normais que existe de apoio às instituições, não há uma única medida no próximo plano e orçamento de apoio a essas pessoas que ganham pouco, eu digo mesmo muito pouco. E é esse dinheiro da derrama que deve ser aplicado nas compensações sociais. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado Sr. Deputado. Mais alguma inscrição? Então Sr. Presidente.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Presidente da Câmara Municipal - Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Obrigado Sr. Presidente. Bom, eu acho que temos de fazer aqui um pequeno ponto só para deixarmos as coisas muito claras. Primeira questão e vamos a isto. O Dr. Miguel estava com a cartilha do ano passado e a gente percebe porque de certeza que era o texto do ano passado. E, portanto, estive aqui a fazer aquela dissertação, a chamar-nos aqueles nomes todos que vocês ouviram e depois afinal de contas estava lá... é pá acontece a todos, acontece a todos. Acontece a todos. Agora o que eu lhe queria dizer era o seguinte. Relativamente ao IMI, se o Município como outros Municípios neste país em vez da taxa mínima quisesse aplicar a taxa máxima, isto não é nada mas cada um de nós que tem um qualquer prédio urbano pagava apenas e só mais cinquenta por cento. E aquilo que quero dizer é o seguinte: o Município ao aplicar a taxa mínima, entre aquilo que poderia aplicar, cobrar aos cidadãos e o que cobra, e volto a dizer é o mínimo legalmente possível, deixa aqui dois milhões e oitocentos mil euros em números redondos. Depois há uma outra coisa que precisamos todos de ter uma nota mas muito perfeita, somos o único Município em todo o distrito de Aveiro que abdica integralmente do IRS a favor dos seus contribuintes de IRS. E isto representa qualquer coisa como mais de dois milhões e trezentos mil euros que ficam no bolso desses mesmos contribuintes, ou seja, cada um dos contribuintes de Águeda paga menos cinco por cento de IRS que o mesmo que ganha o mesmo num distrito num outro Concelho aqui ao lado. Que fique absolutamente claro e que as pessoas tenham noção disto. Porque às vezes não é nada... e atenção, nisto já há aqui um abdicar de receita da ordem dos cinco milhões. Queria dizer também, porque passa aqui despercebido, que a taxa de IMI depois tem um conjunto de benefícios para nomeadamente para famílias que têm um dependente, maior para quem tem dois dependentes e ainda maior para quem tem três ou mais dependentes. Também já há aqui política social associada. Mas depois temos outras coisas que importa dizer. O valor estimado da derrama para este ano anda à volta de um milhão e setecentos mil euros. Como vocês veem, se nós baixássemos aqui de um e meio para um e vinte, como fazem alguns vizinhos aqui ao lado, isto tudo andava aqui na ordem dos cem ou duzentos mil euros não mais do que isso e, portanto, não era acomodado com os benefícios que nós fizemos. Mas nós entendemos efetivamente uma coisa muito simples. Volto a referir, e não aquilo que o Dr. Miguel disse, aquilo que eu disse é que a derrama incide sobre o lucro das empresas que têm lucro, não é o lucro do lucro. Não. É as empresas, incide sobre o lucro das empresas que têm lucro, porque as empresas que não têm lucro não pagam derrama. Também não pagam derrama aquelas que têm um bom negócio inferior a cento e cinquenta mil euros. É esta a proposta que nós temos aqui e que eu acho que... volto a referir, temos aqui uma especificidade, sobretudo aquela do abdicar integralmente dos cinco por cento, que é o único Concelho neste distrito que o faz. E penso



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que no país todo andamos à volta dos vinte Concelhos, se tantos, a fazer o mesmo. Tudo isto para vos dizer que efetivamente associado a todas estas matérias vem aqui e sempre a questão da política social e naturalmente que isso não poderia deixar nunca de nos preocupar. Aqueles que não pagam IRS, que não trabalham, aqueles que não têm prédios urbanos e que não pagam IMI têm um apoio muito grande, mas muito grande de toda uma rede de instituições e de uma Segurança Social e de um Município em que não me canso de dizer que estamos preparados indiscutivelmente sempre para fazer face e ajudarmos todos aqueles que precisam. As nossas crianças dos pais que têm esses rendimentos mais baixos, os nossos idosos, eu queria sossegar todos porque nós temos efetivamente um apoio social... e atenção e isso não é exclusivo de Águeda, é o nosso país, tem pois, tem pois. Agora nós quando descemos o nosso... quando abdicamos da nossa taxa variável dos tais cinco por cento de IRS, abdicamos a favor de quem? De quem trabalha e tem esse desconto. E naturalmente no IMI naturalmente não o podemos fazer de outra maneira. Queria era só dizer que no cômputo geral da atual situação do Município todos, mas mesmos todos estão perfeitamente inseridos. Muito obrigado Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Deputado Miguel Oliveira, quer manter a proposta que colocou? Se a pretender manter tenho que o colocar...-----

----- **Deputado Miguel Oliveira:** Sr. Presidente, graças ao esclarecimentos que aqui foram dados não vejo necessidade de manter a proposta e, portanto, retiro-a e obrigado por me ter dado a oportunidade de o fazer. Mais uma vez, Sr. Presidente, quem falou que a taxa de rama incide sobre o lucro do lucro foi o senhor não fui eu. Com licença.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado, muito obrigado. Ora vamos então... estamos então em condições de colocar à votação.-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de Fiscalidade do Município de Águeda para o ano de 2023.-----

----- **1.2 Apreciação e votação da Proposta de Desagregação de Freguesias que integram a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo, nos precisos termos em que foi apresentada, no âmbito do procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, conjugado com o n.º 6 do artigo 12.º da referida Lei;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, quer usar da palavra?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “Muito obrigado Sr. Presidente. Bom, neste processo queria aqui reiterar a posição da Câmara Municipal, a nossa posição desde o início deste processo. Nós deixámos sempre claro que teríamos um profundo respeito por aquilo que fosse a decisão dos órgãos das Freguesias, porquê? Porque não temos dúvidas nenhuma de que as decisões que aqui chegassem correspondiam inteiramente ao sentir das populações e, portanto, queria-vos dizer que as duas propostas e, portanto, eu penso que são duas propostas que vêm uma a seguir à outra e que são tratadas individualmente mas permita-me que já faça esta intervenção em nome das duas. Tiveram naturalmente o nosso apoio por representarem exatamente isso que nós entendemos, é o sentir destas populações e, portanto, estaremos naturalmente dispostos daí a razão do nosso voto favorável e desta aprovação que faz com que afinal de contas esteja aqui presente nesta Assembleia para decisão de desanexação destas Freguesias. Muito obrigado Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Inscrições para o ponto. Sr. Presidente da Junta da Freguesia, Pedro Vidal.-----

----- **Pedro António Machado Vidal – PUF de Préstimo e Macieira:**-----

----- “Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Vereadores, caros colegas, funcionários da Autarquia, o público que hoje vem nos assistir a nossa Assembleia municipal, sobretudo a população de Águeda e Borralha e Barrô e Aguada de Baixo e a todos aqueles que nos assistem lá em casa. Boa noite a todos. Vir aqui dizer aquilo que penso não é fácil porque nós não pensamos todos da mesma forma e eu quero pedir desde já as minhas desculpas por não pensar da mesma forma do que todos vós que aqui estão. Se eu for fazer uma anátese ou for voltar atrás aquilo que foi a nossa escolha aquando da agregação de Freguesias, o nosso Município, ele foi mais além do que aquilo que nos era impingido ou do que aquilo que nos iria ser impingido. Em Águeda, aquando da agregação de Freguesias, houveram dois partidos que resolveram não enfiar a cabeça debaixo da terra, decidiram fazer a agregação por si só e não deixar que fosse Lisboa a fazer esta mesma agregação. Foi na altura o PSD e o CDS. Fomos além, tínhamos vinte Freguesias em Águeda, teríamos que ir a catorze e fomos a onze. Na altura havia muitas dúvidas face a muitas delas. Mas nós tínhamos que tomar uma decisão. Naquela altura não tomar uma decisão significaria deixar nas mãos de gabinete a agregação de Freguesias e isso significaria também uma redução da receita em quinze por cento destas mesmas uniões de Freguesias. Quinze por cento, para que todos tenham uma noção, valeu ao nosso Município mais um milhão cinquenta e nove mil euros e cento e setenta e quatro euros. Portanto, ao longo desses últimos três mandatos e fruto da aprovação na altura do PSD e do CDS nesta Assembleia, fez com que o nosso Município tivesse mais um milhão de euros. Um milhão de euros apenas para as Freguesias agregadas. Naquilo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que li, e posso estar enganado, perdoem-me, julgo que havendo uma reversão das nossas Freguesias em Águeda, esta mesma majoração de quinze por cento também irá ser retirada. A agregação de Águeda Borralha, recordo-me das negociações que fizemos, foi daquelas que tinha que ser obrigatória na altura, Águeda não podia ficar sozinha e na altura foi a última a ser feita e eu não tenho por hábito tratar de forma igual o que não é igual. A meu ver a agregação da Águeda e Borralha não foi igual às outras e daí o meu sentido de voto também não ser igual para todas as propostas de desagregação. Tenho uma forma mais racional de ver a coisa, fui Presidente da Junta de Freguesia do Préstimo e hoje sou presidente da União de Freguesias. Julgo que a minha população, e falo da minha, que neste momento está melhor servida, com uma maior capacidade de trabalho, temos mais viaturas, mais máquinas, mais recursos e acredito que boa parte das agregações que foram feitas em Águeda vieram para benefício das povoações. O processo de agregação não foi fácil, a meu ver não devia ter ido só as Juntas de Freguesia, devia também ter ido aos Municípios. Para que todos tenhamos uma noção, há Municípios no nosso país, como é o caso por exemplo da Murtoza que fica no distrito de Aveiro, que é menor do que por exemplo a União das Freguesias de Águeda e Borralha. Mas foi sobre os mais pequeninos e foi sobre as Juntas de Freguesia. Por mandato e fruto deste desta majoração de quinze por cento e sobretudo numa altura em que eu e os meus colegas discutimos tanta falta de dinheiro, a falta de recursos, é bom que todos tenhamos a noção de que essa separação poderá retirar de Águeda mais trezentos e cinquenta mil euros. Se o processo de agregação foi difícil e se criou feridas que nalguns sítios, não em todos, dificilmente... aliás estão a cicatrizar mas não estão cicatrizadas. A meu ver o processo de reversão ele será muito mais difícil e passo a explicar porquê e passo a explicar aquele que é o meu entendimento. O casamento forçado das Freguesias, ao contrário de um casamento normal, não é? Aqui boa parte daqueles que aqui estão são casados e puderam escolher comunhão total de bens, a separação total de bens ou a comunhão de adquiridos. Eu não sei sinceramente de que forma é que irá ser feita agora a separação porque aquando da agregação de Freguesias não nos foi dito de que forma é que a separação iria ser feita. Boa parte dos meus colegas, e eu estou aqui desde a Junta de Freguesia até a União de Freguesias, montou a sua Junta de Freguesia para tratar da União. Fazer neste momento a separação irá ser muito difícil e daí todas as minhas dúvidas, sobretudo falo por mim e acho que é aqui o sítio onde nós membros da Assembleia Municipal devemos dizer quais são as nossas dúvidas e as nossas incertezas e as nossas certezas, tenho muitas dúvidas relativamente ao benefício para todas as populações com a separação de algumas das Juntas de Freguesias e peço desde já as minhas desculpas por não ir ao encontro de todos, irei ao encontro de alguns, não irei ao encontro de todos, mas eu não iria me sentir bem comigo próprio estar ali a votar contra aquela que é a minha



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

consciência ou por ter aqui a população da Freguesia de Barrô, de Aguada de Baixo, de Águeda ou da Borralha e, portanto, senti-me na obrigação de fazer este esclarecimento e desejo a melhor sorte a todos e que as futuras Freguesias que daqui possam voltar a nascer que tenham a melhor das governações no futuro e que possamos todos daqui a algum tempo verificar que o processo e aquela que vai ser a nossa votação aqui hoje tenha sido efetivamente o melhor para as nossas populações. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Deputado Miguel Oliveira por favor.-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----

----- “Muito obrigado Sr. Presidente. Há uma diferença fundamental entre o processo que agora ocorre, e que não tem a ver apenas com a questão de haver desagregações ou agregações, e aquele que decorreu em dois mil e doze. É melhor irmos atrás e percebermos de onde é que isto nasceu. Em dois mil e onze fomos bater à porta dos criadores internacionais dos financiadores que tínhamos disponíveis para salvar o país da bancarrota e eles emprestaram-nos setenta e dois mil milhões de euros e deram-nos um período de carência de três anos para pomos a casa em ordem, institucionalizados numa série de reformas que foram contratualizadas entre o governo do Partido Socialista e esses credores internacionais. Entretanto houve eleições e quem ganhou as eleições foi, digamos, o arco dos partidos que estavam a favor dessa negociação com os credores internacionais e que nos evitou ir à falência. Eles compreendiam oitenta e seis por cento dos votos expressos, falo de PS, PSD e CDS. O Partido Socialista colocou no memorando da Troika a obrigação de Portugal neste período de três anos fazer uma redução em cerca de um quarto das municipalidades do país. Usaram de propósito o termo municipalidades para não distinguir os Municípios das Freguesias. Claro que quando se chega ao terreno para se começar a implementar uma reforma e se começou a debater o que é que se ia fazer e se fizeram consultas públicas a questão dos Municípios caiu imediatamente. Ficaram os mais fracos, as Freguesias. E ficaram os mais fracos também por outra razão, é porque o mapa autárquico em termos de Freguesias não é não era mexido há cerca de duzentos anos. E, portanto, estava completamente desatualizado e desenquadrado da evolução natural do território das populações. Entretanto o que se fez foi uma lei, segundo uns critérios desenhados a régua e esquadro que estabeleciam que as Freguesias deviam ter uma população mínima à volta de três mil habitantes, para as urbanas havia algumas diferenças eram cinco mil, que todas as Freguesias localizadas em espaços urbanos deviam ficar pelo menos com uma agregação ou que devia haver uma percentagem de agregações dentro do espaço urbano das cidades, que Freguesias com menos de dois mil habitantes nos setores rurais deviam ficar agregadas com outras para fazer até à volta de





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

três mil, ou três mil habitantes ou eleitores já não estou certo, e que Freguesias com menos de um determinado número de eleitores pura e simplesmente eram agregadas a uma vizinha que houvesse. Este conjunto de regras levou a que a primeira versão do mapa de agregações que veio para Águeda tivesse coisas tão extraordinárias como esta, a agregação de Fermentelos e de Espinhel. Desde o início que nós acompanhámos o processo e procurámos evitar ao máximo os erros óbvios que estavam a ser cometidos por quem a partir de Lisboa olhava para o mapa e fazia as agregações. Conversámos com o Partido Socialista, conversámos com o Partido Social Democrata, conversámos com cada um dos Presidentes de Junta de então, para saber as suas opiniões. Finalmente o Partido Socialista retirou-se da discussão e ficámos a conversar com o PSD e houve uma condição que o Partido Social Democrata, bem, colocou nas negociações. É que não haveria nenhuma proposta de agregação que não levasse em conta a vontade das Assembleias de Freguesia, a vontade expressa das Assembleias de Freguesia de acordo com aquilo que era o preceito legal e o preceito legal não previa que Freguesias com menos eleitores do que aquilo que estava preceituado ficassem sem ser agregadas. Portanto, foi ou não tidas em conta as deliberações das Assembleias de Freguesia que estavam em consonância com o preceito legal. A obrigatoriedade legal. Hoje assistimos a um processo diferente, temos uma lei que é muito criteriosa e muito preocupada com um aspeto fundamental tal como a outra era porque a outra era justificada com base nos ganhos de escala, nos ganhos de eficiência e na sustentabilidade futura dos serviços prestados às populações. Porque já se previa, inclusive, um alargamento de competências das Freguesias que veio a existir. Veio a existir por força da lei setenta e cinco dois mil e treze e que depois veio a ser alargado agora já no governo do Partido Socialista com uma série de mais competências delegadas nas Freguesias. Curiosamente poucas delas acompanhadas do devido envelope financeiro. A lei, esta nova lei, está bem desenhada em termos gerais no que respeita às desagregações mas contém uma coisa que é extraordinária, contém um alçapão onde tudo cabe. Esse alçapão chama-se, vou agora dizer não lendo a lei, diz basicamente que se pode anular a agregação das Freguesias se tiver havido um erro manifesto nessa agregação. Sem nunca explicitar o que é um erro manifesto! Eu vou-vos dar a minha interpretação, agregar duas Freguesias que estão continuamente a perder população, que têm essencialmente características rurais, estão continuamente a perder população, têm cada vez população mais envelhecida e cada vez menos novos, não é um erro manifesto. Ok? O erro manifesto está em fazer a desagregação. Porque os recursos vão ser cada vez mais necessários, a população ativa é cada vez menor para o grupo de população dependente e altamente dependente, que é a mais idosa, que vai estar nessa Freguesia. Mas entendo que os representantes dessas Freguesias têm voz e devem ter voz e devem ser ouvidos. Já desagregar uma Freguesia que é a única do Concelho de Águeda,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

segundo os censos dois mil e vinte e dois, que cresceu, que é União de Freguesias de Águeda e Borralha, é a única - de acordo com os dados dos censos de dois mil e vinte e um - é a única que cresceu em termos da população, não me custa tanto porque todas as outras Freguesias do Concelho ficaram com menos habitantes e estão mais envelhecidas. E de uma forma simples, indo de encontro ao que disse o Sr. Presidente da Câmara, nós estamos agora no processo contrário, se calhar devia ter sido sempre assim mas então talvez valesse a pena termos feito referendos sobre isto. Embora eu respeite, a democracia é participativa e entenda que há inteira legitimidade dos eleitos das Assembleias de Freguesia de se pronunciarem sobre este assunto independentemente de tudo o resto. Mas gostava de ter ouvido a população em referendo. Não havendo referendo é a vontade dos eleitos nas Assembleias de Freguesia que deve imperar. Mas nessas Assembleias de Freguesia até agora que eu saiba não houve unanimidade. E é tão legítima a posição de ser a favor, como a posição de ser contra, como a posição de não ter opinião e se abster. São três posições absolutamente legítimas. E, portanto, eu não vou limitar-me a subscrever aquilo que vier de uma Assembleia de Freguesia seja ela qual for. No caso de Aguada de Baixo e Barrô - em que curiosamente presumo que a maioria dos membros da Assembleia de Freguesia até é de Aguada de Baixo - no caso da Aguada de Baixo e de Barrô houve um elemento que se pronunciou contra a desagregação das Freguesias. Esse elemento foi eleito nas listas do CDS e, por respeito à minha consciência e comigo próprio, eu não me vou desolidarizar do voto desse elemento nessa Assembleia de Freguesia, porque nós aqui não pensamos todos da mesma forma, não somos apenas um corpo, não somos sobretudo pessoas que não têm vontade própria nem pensamento próprio. No que respeita à União de Freguesias de Águeda, já que estamos a fazer esta discussão adianto já, União de Freguesias de Águeda e Borrada, não houve uma voz! Uma! Na Assembleia de Freguesia a defender a manutenção da União de Freguesias! Uma! Nem um! E, portanto, o nosso voto, a meu ver o meu voto, não será de certeza o de dizer que não. Se dentro da Assembleia de Freguesia não há ninguém a dizer que não, não vou ser eu a dizer que não. E pronto, é isto que eu tenho a dizer sobre este assunto, há muito mais a dizer Sr. Presidente, comunico já que nos termos regimentais ilegais será entregue pelo Grupo Municipal do CDS uma declaração de voto, como imagina não vou fazer aqui porque para já ainda não votámos, por outro lado porque há de ser um pouco extensa e naturalmente nos três minutos que tem reservado para a leitura dessa declaração de voto não valerá a pena estar a maçá-los. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Humberto Moreira, por favor.-----

----- **Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT:** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Executivo, colegas Deputados, público que hoje é muito e quem assiste através dos meios digitais, através da Águeda TV. Em termos políticos a maior vitória que se pode ter é quando conseguimos chamar pessoas para nos ouvirem, para virem ter connosco e nos tempos que correm isso é algo tão raro, tão raro, que deixa-me a pensar obviamente. E tantas vezes acusam os políticos de olhar apenas para a frente e não ver o que vai à volta que eu não resisto a dizer que estamos perante uma das grandes vitórias da democracia porque há nove anos também ninguém vos perguntou se vocês queriam. Chegaram ali teve que ser, ponto final. Desta vez há aqui um furinho para vos ouvir e para escutar um pouco a vossa opinião, e não estamos a falar de um milhão de euros, trezentos mil euros, quando se resume um problema, um problema que isto não é um problema, quando se resume uma questão destas que é uma questão puramente política, às vezes ideológica ou uma questão monetária isso às vezes diz muito. É difícil, acredito que sim, chegarmos ao dia de hoje, fim de dois mandatos, e chegarmos à conclusão, conseguirmos movimentar pessoas, reunir assinaturas, movimentar as pessoas, fazê-las vir, se isto não é um sinal gigantesco não sei o que mais pode ser transmitido como tal. E da nossa parte, da parte do nosso Grupo Municipal Juntos PSD e MPT, obviamente que estamos aqui como sempre estivemos e vamos estar para vos ouvir, nunca para obstaculizar o quer que seja, obviamente, não está em causa, e aquilo que temos assistido nas Assembleias de Freguesia são vitórias da democracia. Obviamente que ninguém estaria à espera que houvesse unanimidade porque é um tema muito pessoal e muito menos a minha opinião aqui enquanto Deputado municipal seria relevante qualquer que fosse para a realidade destas duas Freguesias. Não moro lá, conheço-as bem mas é um assunto muito pessoal vosso e as Juntas de Freguesia cada vez mais são a extensão política mais próxima dos munícipes. Portanto, são os presidentes que estão à vossa beira. Se vocês se sentem sozinhos, se sentem que precisavam de ter alguém mais perto e vêm à procura deste desígnio que foi aberto através desta lei só tenho que vos parabéns e dizer que a força do povo é aquela que nos movimenta e que nos une e nós enquanto políticos temos que obviamente abrir e agradecer vocês estarem cá. Portanto, da nossa parte, acreditem, aquilo que vocês decidem nas vossas terras, que vos leva a sair de casa numa noite de frio e vir para aqui, para mim é a coisa mais importante enquanto político e, acreditem, é isso que me faz vir para aqui com toda a vontade porque queria que vocês estivessem cá mais vezes mas se calhar não estão porque nós também temos alguma culpa porque muitas vezes também não vos ouvimos. Portanto, enquanto político, enquanto aguedense, obrigado por se mexerem, por se movimentarem e contem connosco porque aquilo que vocês decidirem será o melhor para vocês e estaremos cá para apoiar. Tenho dito Sr. Presidente. Obrigado.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

----- “Sr. Presidente da Assembleia, em relação a esta questão como é lógico não há unanimidade dentro da nossa bancada e do Grupo Municipal, no entanto, há princípios e orientações. Não esquecer que há bocado estávamos a falar de um erro crasso. Realmente a primeira crítica é para a lei, a lei é feita de maneira a deixar tudo em aberto para que os Srs. Deputados mais tarde, consoante as condições daqui a um ano ou dois, consigam efetivamente decidir aquilo que bem entenderem no âmbito da Assembleia da República e dos acordos que serão feitos entretanto. Isto para dizer que o erro crasso da outra vez foi mesmo este, não foram ouvidas as populações. Isso foi um erro cresce. Foi, portanto, uma imposição administrativa sob uma forma de organização que neste caso atingiu as Autarquias mais menores que eram as Juntas de Freguesia. Para o PS, e eu já o disse nessa altura e antes dessa altura e digo-vos desde que estou aqui, desde dois mil e cinco que vim para cá, os doze anos seguido sempre defendi que o problema nunca está na dimensão das Autarquias porque também qualquer dia tínhamos que acabar com as comissões de bairro, que também existem, e junta-se, Autarquias, Freguesias junta-se, juntam-se Municípios e é verdade que estamos todos na Europa, juntam-se países, etc. Não, as coisas têm pessoas, têm dinâmicas, têm princípios e nós que temos que gerir o bem público, que temos que ter Presidentes de Juntas e pessoas que tratam do bem comum, neste caso os Presidentes de Junta e os Autarcas da Assembleias, nós temos de ter a noção que o problema nunca está no número de Freguesias. E porque é que não está? Eu defendi aqui que o princípio está nas pessoas que gerem essas Freguesias, naqueles que são os nossos eleitos e na forma como eles se comportam na gestão das Freguesias. O problema está sempre aí. Apresentei aqui N projetos, fiz várias intervenções ao longo de anos no mandato do Dr. Gil Nadais em que sempre defendi que a Autarquia, neste caso a Freguesia, não devia ser uma Autarquia menor, que a lei lhe dá direitos e que quando se vai falar, por exemplo, com uma Autarquia, com a Câmara, não se deve ir pedir nada. Nunca o Presidente da Junta deve ser um pedinte, que é o que a maior parte deles fazem ao longo de anos, uns mais outras menos, nas negociações que fazem com o Sr. Presidente da Câmara para tentar obter mais ou menos fundos. Eu sempre defendi aqui que cabe aos Presidentes de Junta juntarem-se... num determinado... queremos comprar um trator, eu só tenho cinquenta mil para o trator, mas se eu me juntar com as duas Freguesias e conseguimos comprar um trator bom de cem mil nós conseguimos pagar, chegar ao Presidente da Câmara pedir-lhe os cem mil para o trator e vez nos endividarmos para cada um ter o seu trator. Portanto, depende é da capacidade da agregação que os Presidentes Junta lá estão. Não é por a Borralha ser Junta de Freguesia que vai viver sozinha ou que poderá viver sozinha, não pode! Muitas vezes terá que fazer acordos com Recardões, eventualmente, só estou a dizer aquelas que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

fazem fronteira com Águeda, com Aguada. Depende da sua capacidade de apresentar projetos para que eles possam ser financiados no âmbito dos apoios que a Autarquia dá, neste caso a Câmara Municipal dá. E se é verdade que desta vez houve uma abertura, o PS cumpriu uma promessa eleitoral, portanto, isto é no cumprimento de uma promessa do PS, não houve o debate suficiente e a audição das populações, que quanto ao PS de Águeda achava que devia haver referendos nas localidades para que houvesse uma audição completa e perfeita daquilo que as pessoas queriam. Porque referendo não é só votar, o referendo obrigaria a realização de ações, de esclarecimento sobre o que estava em dúvida e chegaríamos àquilo que o Deputado Pedro Vidal falou, chegávamos à conclusão que todas as Freguesias vão perder os quinze por cento. Mas também elas podem assumir isso e as pessoas têm o direito na sua Freguesia saber que vão ter menos quinze por cento mas que preferem assim porque isso é que é a audição democrática, não vai ser esses quinze por cento que irão fazer diferença se houver uma maior participação de todos, e certamente até conseguirão que isso seja ultrapassado, ou se houver uma capacidade do Sr. Presidente de Junta de colaborar com as Juntas do lado para aquisição ou para realização de projetos. Foi a posição do PS em dois mil e cinco, em dois mil e nove, dois mil e treze, sempre que eu cá estive foi esta a posição sempre que eu defendi. Não depende, portanto, do número. Não dependendo do número vemos uma alteração do PSD, o PSD também defendia e criou este modelo sem ouvir ninguém e agora vem, num comunicado que vi para aí, o grande arauto do PSD é que conseguiu com os seus votos que fossem aprovadas ou não. Não é assim que se faz a política, quem conseguiu com os seus votos foram representantes das Freguesias e eleitos que conseguiram com seus votos que as propostas fossem aprovadas para chegar aqui hoje à decisão da Assembleia. E é legítima, e é isso que eu vos peço, a posição de Deputado Pedro Vidal de ser contra, como é legítima a posição de qualquer pessoa ser a favor. Na Assembleia pede-se o respeito pela pessoa que está aqui, com os dados que temos, com aquilo que sabemos, ou que não sabemos, portanto, que haja uma decisão livre e o maior valor deste processo nas Assembleias que eu fui ver é que quem quis falar falou, quem quis assumir falou e depois até sobrecarregaram, com uma certa pressão que que se sente aqui, também os membros das Freguesias de Assembleia de Freguesia se sentiam incomodados quando tinham opiniões contrárias àquilo que eles achavam que era a maioria. É a vida. E a vida é democrática e o Partido Socialista, tal como no Governo, abriu a porta a esta possibilidade, o Partido Socialista daqui que sempre defendeu a realização do referendo, que não foram feitos, inclusive em Águeda nem foi aceite de nenhuma maneira, nos outros nem houve essa proposta. O Partido Socialista nunca se irá neste projeto opor à decisão que venha das Freguesias, tendo em atenção que confia que na sua dimensão de autarcas tenham decidido o melhor que é para as populações, embora em muitas delas não conseguiram



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

ouvir aqueles que eram a favor ou serem contra. Portanto, a posição do PS, de todos os membros do PS, uns irão abster-se porque nunca impediríamos, teríamos que votar a favor se soubéssemos que não era aprovado, uns irão abster-se outros irão votar a favor, portanto, é uma posição livre, sem decisão, cada Deputado municipal tomará a sua mas nunca seríamos contra uma decisão que é a decisão do povo, neste caso do povo de Barrô e Aguada de Baixo, e que eu aproveito já para, portanto, a opinião é a mesma sobre a questão da Borralha e Águeda. É uma primeira fase, atenção, continuarem a trabalhar porque vai haver mais fases e essas nós teremos dificuldade em controlar porque a vida está muito rápida e está muito difícil e nós nunca sabemos se estas leis postas agora de quantos projetos é que depois poderão passar ou não, portanto, devem estar atentos, quem está a encabeçar os projetos, estarem atentos, verem, verificarem, completarem, fazerem o melhor possível, porque nós temos aqui que acreditar que cada um de nós faz o melhor possível. Obrigado.”-

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Mais alguma inscrição para o ponto? Sérgio Neves, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Travassô.-----

----- **Sérgio Edgar da Costa Neves - PUF de Travassô e Óis da Ribeira:** -----

----- “Muito obrigado Sr. Presidente, boa noite a todos, boa noite à mesa, boa noite caro Executivo, boa noite a todos os colegas, ao público e quem nos acompanha lá em casa. Eu estava ali sentado, não tinha programado sequer falar hoje, intervir aqui nesta Assembleia, mas tendo em conta esta questão que é algo que me diz bastante... e diz porquê? Porque em dois mil e doze quando foram votadas as agregações destas Freguesias eu estava exatamente em cima onde muitos de vós estão a assistir àquilo que acontecia cá em baixo. Depois entrou em vigor em dois mil e treze e passei quatro anos a presidente da Assembleia de Freguesia de Travassô e Óis da Ribeira, ver os destinos da minha união de Freguesias, de uma agregação decidida aqui, decidida na altura imposta, como já disse aqui o meu colega Miguel pela Troika, em que fomos obrigados para poupar que estávamos na bancarrota e, portanto, onde os critérios muitos deles não foram bem definidos e aquilo que foi feito foi mais do que fazer uma coisa que na Europa e quem nos via lá de fora dizia que não percebia a forma como nós tínhamos um Estado que ia até próximo das pessoas mas de uma forma tão dividida que no fundo não funcionava como nós sabemos. E está-me aqui a meter alguma impressão, para vos ser muito franco, esta discussão, primeiro pela falta de recursos de informação que nós temos para discutir isto. Portanto, estamos aqui a discutir sobre uma vontade de uma Assembleia de Freguesia que é soberana em matéria daquilo que deve fazer, é certo, no entanto também sabemos muito bem o peso político que estas decisões têm aqui para serem tomadas. Eu vou partilhar uma conversa que tive no passado domingo com o Sr. Presidente da Câmara se ele me permite, aonde demos o exemplo de agregações e de um conjunto de coisas, não estou a entrar em nenhuma confidência,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

portanto, acho que posso partilhar isto. Eu acho que há uma falta de noção que nós temos Concelhos em Portugal mais pequenos do que muitas das Freguesias que nós estamos aqui a tentar separar. O Concelho de Penedono, que nós falámos, que fica no distrito de Viseu encostado à Guarda tem dois mil habitantes. Portanto, dois mil habitantes, para vocês terem noção, é menos habitantes do que aqueles que a minha união de Freguesias tem e aquilo que nós estamos aqui a votar e que vamos votar numa próxima Assembleia de Câmara porque já foi também votado numa Assembleia de Freguesia é o caso de Belazaima, Castanheira e Agadão, que o meu colega Martins está ali, em que vamos ficar com Freguesias como Agadão com trezentos habitantes. E há aqui uma questão que eu queria deixar antes da votação, e vão perceber porque é que é o meu sentido de voto, é que nós devíamos agregar para conseguir e foi aquilo que eu enquanto estive aí e enquanto estive na minha Assembleia de Freguesia eu pensei: o que é que eu posso dar à minha terra mais do que aquilo que dou hoje para fazer diferente? E ao fazer diferente foi no facto de eu sair da bancada, perdi as primeiras eleições e ganhei as segundas e tive que ir às terceiras como alguns de vós sabem e onde mostrei que de facto é possível fazer diferente e é isso que estou a tentar fazer o melhor que posso e o melhor que sei e melhor que consigo. Porque nós dissermos que agora vamos separar isto tudo para voltarmos a ter cada um no seu bairro, ninguém me sabe explicar, de tudo aquilo que eu li até hoje, tudo aquilo que eu ouvi, ainda hoje ninguém me disse aqui, como é que se hoje Travassô e Óis da Ribeira pensassem em separar, eu estou a falar na minha Freguesia porque não quero passar por cima dos meus colegas, ok? Portanto, não é o caso da minha Freguesia porque quando o Partido Socialista sugeriu fazer isso na minha Assembleia de Freguesia eu disse ao que estava e ao que vinha e ao que ia fazer e, portanto, foi o assunto arrumado logo. Porquê? Porque hoje ao final destes anos de agregação conseguimos ter no mesmo evento as instituições todas da mesma Freguesia, todas reunidas e, portanto, todas, como o Sr. Presidente teve oportunidade de ver no domingo, aonde finalmente ao final de tantos anos temos as instituições no aniversário de uma outra que era uma coisa impossível de se ver e que diziam que era impossível. Não é impossível! Dá é muito trabalho, ok? E, portanto, ninguém me soube explicar os critérios de situações como “eu comprei um trator, uma carrinha, duas carrinhas, uma niveladora, fiz um armazém, como é que isto vai ser dividido? Quem é que vai pagar isto?” Estamos a falar de milhares de euros que vão ser gastos quando nós devíamos pensar em agregar, quando nós devíamos pensar em que as Juntas é o estado mais próximo das pessoas, é o estado que podia dar um apoio mais próximo às populações, aonde nós podemos ter um conjunto de serviços, e isso é que devíamos estar aqui unidos para fazer, em que as Juntas e as Câmaras e o Estado central pode passar para nós, para que nós possamos fazer um trabalho porque cada um de nós conhece as Freguesias como ninguém e, portanto e a realidade de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Travassô e Óis hoje é diferente da realidade de Agadão e muito diferente da realidade de Macinhata ou da realidade de Aguada de Cima e cada um de nós tem as suas vicissitudes boas e más e devíamos estar a discutir outra coisa que não é isto. O que é que nós podemos fazer para melhorar? O que é que nós devemos fazer para poupar? É que nós estamos à beira de voltar novamente a uma bancarrota, que é uma coisa que eu acho que vai ser infelizmente muito fácil de acontecer, e estamos aqui a pensar em gastar novamente dinheiro a reverter uma coisa só porque cada um quer ter a sua Freguesia e é legítimo que isso aconteça! Mas eu considero o seguinte, que juntos numa perspetiva de agregação, numa perspetiva de ter um Estado mais próximo das populações, ter ganhos de escala, porque acreditem numa coisa se Travassô estivesse ainda hoje sozinho e Óis da Ribeira sozinhos, grande parte daquilo que foi feito hoje na minha União de Freguesias era impossível ser feito. Digo-vos também outra coisa, que o caminho não é fácil, não é, que é preciso partir muita pedra para que as coisas aconteçam e que se consiga fazer isto, agora o nosso poder de negociação de onze Freguesias é maior do que termos as vinte e, portanto, nós conseguimos ter aqui efetivamente ganhos de escala e um conjunto de coisas melhores, devíamos estar a pensar até em agregar mais! E eu tenho aqui, eu sei que corroboro da opinião de alguns dos meus colegas que aqui estão. E é muito ingrato cerca de trinta pessoas que aqui estão a votar, os Presidentes de Junta nunca deviam estar na votação destas, porque isto é muito complicado estar aqui a votar uma questão em relação àquilo que é a realidade da Freguesia dos meus colegas, portanto, nós estamos aqui enquanto membros a discutir um Concelho quando aqui uns estão aqui a defender os interesses de Travassô e Óis da Ribeira. Ok? E, portanto, se fosse para discutir o assunto de Travassô e Óis da Ribeira, e eu estava ali a definir-me em matéria de vir aqui intervir ou não, porquê? Porque não consigo, e espero que todos entendam isto, votar uma coisa que não acredito. Ok? Portanto, eu não consigo estar a dizer que aceito que isto seja feito, nomeadamente por causa de fazer o jeito ou qualquer coisa do género, porque ninguém me explicou quanto é que vamos ganhar com isto, aliás só me disseram quanto é que perdemos. Ninguém me disse quem é que vai pagar estas diferenças, o nosso Estado que lança estas regras não conseguiu explicar quem é que vai pagar isto. E há uma coisa que eu tenho a certeza, de certeza absoluta que não vai sair do bolso de mais ninguém a não ser de nós todos. E, portanto, aquilo que nós vamos perder considero ser muito mais do que aquilo que vamos ganhar e podemos todos construir aqui uma solução que seja bem melhor do que aquela. Queria dizer a todos aqueles que vêm aqui no sentido em que em dois mil e doze quando eu estava aí não tinha opinião, e fiz as coisas que fiz e hoje posso estar aqui a dizer, em que o meu sentido de voto é contra isto por dois motivos - e não é rigorosamente nada contra as Freguesias que querem parar porque é legítimo que isso aconteça- agora considero o seguinte, que ninguém começou a





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

explicar ainda devidamente estas questões que já aqui fiz, considero que no futuro tínhamos muito mais a ganhar em estando juntos e, portanto, é essa a minha opinião e eu não queria de forma nenhuma hoje nem votar, contrariar rigorosamente nada e não queria deixar de dar a minha opinião sobre este assunto e deixar aqui claro o porquê de que vou votar contra as duas propostas. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Mais alguma intervenção?-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com dezassete votos a favor (dezasseis Juntos por Águeda e um PS), sete contra (um do Sr. Deputado Jorge Melo, cinco votos do Grupo Municipal CDS-PP, um voto do Grupo Municipal Juntos PSD.MPT), e oito abstenções (sete do PS e um do Grupo Municipal Juntos PSD MPT), a Proposta de Desagregação de Freguesias que integram a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo, nos precisos termos em que foi apresentada, no âmbito do procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, conjugado com o n.º 6 do artigo 12.º da referida Lei.-----

----- **1.3 Apreciação e votação da Proposta de Desagregação de Freguesias que integram a União de Freguesias de Águeda e Borralha, nos precisos termos em que foi apresentada, no âmbito do procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, conjugado com o n.º 6 do artigo 12.º da referida Lei;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente quer usar da palavra?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Não Sr. Presidente, os argumentos que usei para a primeira proposta são exatamente os mesmos para a segunda. Muito obrigado.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Srs. Deputados, alguém quer intervir no ponto? Sr. Presidente da Junta de Freguesia Águeda e Borralha, faz favor.-----

----- **Nuno Gustavo Pimenta Cardoso – PUF de Águeda e Borralha:** -----

----- “Então muito boa noite a todos. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal e não posso deixar de manifestar o meu agrado na presença de todo o público e deixem-me dizer em especial aqui a tanta gente da Borralha que está aqui, gente amiga que está hoje aqui presente, e que tenho todo o gosto em que aqui estejam. Quero dizer que tenho acompanhado e seguido atentamente todo o processo e tive a preocupação em saber que Águeda não sairia prejudicada, mantendo o mesmo estatuto da grande Freguesia, Águeda é grande e assim continuará. Entendo as razões das pessoas da Borralha, viver com um sentimento de perda, deixaram de ter o seu presidente, a sua sede e a sua identidade. A Borralha era a mais jovem Freguesia de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Águeda. A união de Freguesias não tem conseguido estar da mesma forma, nomeadamente nos dois anteriores mandatos. Para este mandato procurei buscar pessoas à Borralha que se têm vindo a destacar na defesa dos interesses da própria Borralha, pessoas que têm merecido a confiança da grande parte dos Borralhenses. Assim que me fui apercebendo da vontade da desagregação respeitei e absteve-me. A nossa Assembleia de Freguesia aprovou por maioria a desagregação e eu naturalmente apoio favoravelmente essa decisão. Até ao último dia da nossa União de Freguesias vou defendê-la como tal, continuando a trabalhar com afinco por tudo e por todos. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Mais alguma inscrição para o ponto? Não? Então passemos à votação.-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com vinte e dois votos a favor (dezasseis Juntos por Águeda PSD.MPT, cinco do CDS-PP e um do PS), dois votos contra (um Deputado independente e um dos Juntos por Águeda PSD.MPT) e oito abstenções (sete do PS e um Juntos por Águeda PSD.MPT), a Proposta de Desagregação de Freguesias que integram a União de Freguesias de Águeda e Borralha, nos precisos termos em que foi apresentada, no âmbito do procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, conjugado com o n.º 6 do artigo 12.º da referida Lei. -----

----- **1.4 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de revogação da deliberação da Assembleia Municipal que definiu o preço de venda de lotes nos termos do Regulamento Municipal do Parque Empresarial do Casarão, suspensão parcial e provisória do Regulamento Municipal do Parque Empresarial do Casarão e aprovação da proposta de alienação de lotes no Parque Empresarial do Casarão, através de hasta pública;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente quero usar da palavra?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Sr. Presidente, sim, muito rapidamente para tentar explicar o que é que temos aqui. Primeira questão, todos nós sabemos que temos um regulamento de venda de lotes e de funcionamento do parque empresarial do Casarão que foi aprovado por esta Assembleia e onde tudo, a nosso ver, nos parece absolutamente claro. No entanto, o aviso de abertura dos apoios de Portugal vinte, e como todos com certeza naturalmente sabem também, trazemos importantes obras de ampliação no nosso parque do Casarão, a segunda fase são obras de grande dimensão e com o apoio significativo de fundos comunitários. No aviso de abertura estamos obrigados em nome da concorrência a vender os lotes em hasta pública. Portanto, haver um procedimento de hasta pública. E é exatamente aqui que nós temos que suspender o nosso regulamento que dizia tão só que o custo dos lotes era de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

quinze euros o metro quadrado. Portanto, é esta a suspensão parcial do nosso regulamento que trazemos aqui para votar por esta obrigação, porque caso não aconteça e nós procedamos às vendas sem ser hasta pública dos lotes, naturalmente que o Município fica obrigado a devolver as verbas que recebeu dos fundos comunitários. Uma nota só, e o Dr. Miguel Oliveira não está aqui mas era só para lhe dizer que entretanto o programa de incentivos na próxima reunião, próxima Assembleia, estará aqui com toda a certeza porque ele já está concluído todo o trabalho que temos vindo a fazer nesse sentido. Muito obrigado Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado Sr. Presidente. Alguma inscrição para o ponto? Não? Então vamos para a votação.-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de revogação da deliberação da Assembleia Municipal que definiu o preço de venda de lotes nos termos do Regulamento Municipal do Parque Empresarial do Casarão, suspensão parcial e provisória do Regulamento Municipal do Parque Empresarial do Casarão e aprovação da proposta de alienação de lotes no Parque Empresarial do Casarão, através de hasta pública.-----

----- **1.5 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização prévia de compromisso plurianual, para celebração de aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência n.º 163/2019, de 18 de março, celebrado entre o Município de Águeda e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, e para ratificação da decisão de adjudicação da concessão e aprovação da respetiva minuta do contrato de concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros da Região de Aveiro;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, quer explicar o ponto?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Sr. Presidente, também rapidamente, o que é que temos aqui? Ora bem, como é de conhecimento de todos o IMT, portanto, o Instituto de Mobilidade e Transportes, aqui há alguns anos entendeu delegar as competências que tinha na concessão de transportes urbanos e coletivos de passageiros, portanto, nos Municípios e com a possibilidade e recomendação de que estes se agregassem a nível das comunidades intermunicipais em autoridades regionais de transportes. Foi isso que aconteceu a todos os Municípios e, portanto, o que nós estamos aqui a fazer está a ser feito também em todos os Municípios, dos onze Municípios da região de Aveiro. E o que é que nós temos? Tivemos que naturalmente fazer um contrato de concessão em que não é nada mais nada menos que uma coisa muito simples. Eu gosto às vezes de explicar para nós percebermos às vezes o que é



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que é esta coisa da descentralização de competências e que às vezes traz assim um bocadinho de água no bico e que precisamos todos de ter um pouco de atenção. Esta descentralização já foi feita há mais tempo e, portanto, esta delegação de competências que até agora era exercida pelo IMT e que passou a ser pelos Municípios, bem, penso eu, estou convencido e acho que não ando longe da verdade de uma razão muito interessante. Toda a gente sabe e conhece o nosso território e aquilo que são os transportes coletivos de passageiros. Uma coisa que antigamente era rentável e que havia as empresas de camionagens que pagavam impostos ao IMT pelas concessões, a realidade alterou-se e agora estes transportes coletivos não funcionam praticamente em lado nenhum sem o apoio para além do custo dos bilhetes. E por isso é que o transitaram para os Municípios. Porquê? Porque nós nesta concessão vamos ter que pagar aos operadores de transportes uma compensação para além daquilo que temos que pagar nomeadamente pelos espaços dos transportes escolares das crianças e porquê? Porque de outra forma não conseguem gerar receita que permita o funcionamento destas carreiras regulares que afinal de contas percebemos quase todos nós que sobretudo nos territórios menos densos em termos populacionais naturalmente, apesar de não serem muitos os utilizadores são alguns e, portanto, são fundamentais para esses lugares. O que é que acaba por acontecer? Neste caso concreto tivemos que naturalmente lançar este procedimento com uma comparticipação dos Municípios, dos onze Municípios, para que esta rede grande de transportes intermunicipal funcione. Este concurso ficou a saber que já foi feito, inclusivamente vai ter um novo operador, um novo operador que é uma empresa de capital israelita que veio e que ganhou em concurso à Transdev e, portanto, vai obrigar aqui a que nós tenhamos até dois mil e trinta, porque a concessão, portanto, este contrato vai até dois mil e trinta, e por causa disso é que estamos aqui, por causa da questão da plurianualidade da comparticipação do Município de Águeda tal como de cada um dos outros onze, dos outros dez Municípios, para este sistema de transportes até dois mil e trinta. Portanto, o contrato para que se possa efetivar precisamos desta autorização da nossa Assembleia municipal, porquê? Este contrato gera efeitos até dois mil e trinta. E é essa a razão. Muito obrigado Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado Sr. Presidente. Alguém quer usar da palavra no ponto? Sra. Deputada, por favor.-----

----- **Ana Rita Antunes Pereira – PS:** -----

----- “Boa noite Sr. Presidente da Assembleia Municipal Sr. Presidente da Câmara. Relativamente aqui ao contrato interadministrativo que nos foi remetido tenho aqui uma questão. Ou seja lê-se no contrato que o contrato tem a duração de cinco anos podendo renovar-se depois, após estes cinco anos, por dois anos. E a questão que eu coloco é porque é que vem a esta Assembleia municipal uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

autorização prévia já de pedido de sete anos, ou seja, não seria mais prudente, e tendo em conta toda esta instabilidade e as apostas na mobilidade suave, não seria mais prudente deixarmos correr os cinco anos e depois analisar se correu bem, se correu mal e depois passarmos efetivamente aqui para uma possível renovação dos dois anos? É que assim parece-nos, a nós à bancada do Partido Socialista, que estamos a passar um cheque em branco sem qualquer tipo de fiscalização adiante porque serão os sete anos e pronto. Depois, em seguida, questionar também aqui outra questão que é a média de aquisição deste material circulante, proveniente aqui do contrato interadministrativo, pode ir até quinze anos. Como bem sabemos o material, ou seja, neste caso diremos autocarros com quinze anos têm uma capacidade ambiental muito... muito... ou seja, que já não faz sequer face à sustentabilidade e àquilo que a crise climática e àquilo que as metas de neutralidade carbónica nos são impostas, ou seja, ainda agora antecipamos a neutralidade carbónica e estamos a continuar a apostar em contraciclo em material circulante que já não... que já não acaba por fazer e cumprir o objetivo para o qual devemos caminhar que é a mobilidade suave. Depois entristece-me também, e vou aqui referir, ainda esta semana foi aprovado em sede de orçamento de Estado na Assembleia da República uma proposta da redução de IVA para aquisição de bicicletas na qual o PSD se absteve e aqui em Águeda parece que continuamos em contraciclo, ou seja, continuamos a querer que este material circulante que já não serve continue a servir quando isso acaba por nos prejudicar a todos como sociedade e como coletivo. Muito obrigado.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado senhor Deputada. Mais alguma intervenção? Sr. Presidente, quer...-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Sra. Deputada, eu quase que alinhava completamente naquilo que disse mas tenho que lhe contar o processo. E dizer que afinal não andamos tão em contra ciclo porque não é nada disso que se trata. Primeiro, tenho aqui uns números muito interessantes que dizem o seguinte: com este contrato a rede de transportes públicos atuais nestes onze Municípios, e atenção nós somos dos grandes contribuintes para isto porque somos o maior Concelho, e a nossa rede de transportes públicos que tinha duzentos e setenta e dois mil oitocentos e trinta e nove quilómetros com esta concessão vai passar para os quatrocentos e oitenta e oito mil oitocentos e vinte e um. Mas depois também temos outras questões. Primeira questão, os cinco, não é sete, é cinco mais dois, e os dois são eventuais contratualmente só que o Tribunal de Contas face à eventualidade obriga-nos a fazermos esta autorização de pagamento porque há essa eventualidade. Atenção, esses mais dois é depois tem que estar uns e outros de acordo. Como é que eu hei de dizer? É o concessionário e o concedente que têm que estar de acordo, se estiverem de acordo fazem mais dois, não estando



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

termina por ali. Mas como o contrato prevê essa possibilidade nós temos que fazer isto porquê? Porque o Tribunal de Contas assim o exige. Relativamente à questão, temos que falar nisto porque é importante, toda a gente percebeu o que é que aconteceu aqui à nossa volta e nomeadamente com a própria Transdev. A Transdev comprou todas as pequenas empresas de camionagem, dá-me ideia, parece-me a mim, que escapou a Murtosa. A BusVouga, como sabem, não tinha carreiras de transporte de passageiros. E meus amigos, quando nós lançámos o primeiro procedimento, nós lançámos este procedimento como qualquer coisa como uma compensação anual à volta de um milhão e duzentos mil euros, portanto, a tal compensação a pagar pelos Municípios. Foi a concurso e pura e simplesmente ninguém concorreu. O valor nessa altura, nessa altura indiciado pela Transdev, é que teríamos que subir lá para uns valores mais altos e no meio disto tudo, portanto, a própria comunidade intermunicipal e todas as pessoas que andaram a fazer esta gestão começaram-nos a apontar que os valores, quando começámos a desenhar para esta segunda vez... porque atenção! Abrimos um contrato também entretanto, portanto, é a segunda vez ficaram duas vezes o concurso sem concorrentes. Porquê? Porque concessionária que cá tínhamos que era a Transdev e que muito sinceramente toda a gente expectavelmente imaginava que só eles é que tinham condições para concorrer, exigia mais e, portanto, não concorria, o concurso ficava deserto e nós tínhamos que lançar novo procedimento. Lembro-me perfeitamente que fui eu e o Presidente, curiosamente o Presidente da Câmara de Ovar, até porque somos os dois Municípios maiores contribuintes, que tivemos que pôr ali um bocadinho o dedo no tino e dissemos “atenção, nós de um milhão seiscientos e qualquer coisa não passamos. Não passamos e vamos aqui empurrar e não passamos”. E quero-vos dizer que neste concurso naturalmente que nós tivemos que baixar um bocadinho as exigências que tínhamos, porquê? Porque os valores eram astronómicos se fôssemos por aí acima. O que acabou por acontecer foi uma coisa muito interessante. Neste concurso absolutamente sem que alguém pudesse imaginar, portanto, penso que que foi toda a gente apanhada de surpresa, aparece esta empresa de capitais israelitas que vem exatamente por um milhão duzentos e tal, um valor muito próximo do nosso primeiro lançamento de concurso. E só por curiosidade quero-vos dizer que a Transdev fez uma proposta neste mesmo concurso de mais de dois milhões e quatrocentos mil euros. Era este o preço que eles propunham que os Municípios pagassem. Quero-vos dizer que a informação que tenho é que esta empresa está a comprar autocarros novos para operar. E, portanto, esperemos que corra tudo muito bem, esperemos que tudo vá correr pelo melhor mas pode ter sido um momento feliz, espero que sim sinceramente. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Ora vamos então colocar o ponto à votação. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com duas abstenções do PS, a proposta da Câmara Municipal para autorização prévia de compromisso plurianual, para celebração de aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência n.º 163/2019, de 18 de março, celebrado entre o Município de Águeda e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, e para ratificação da decisão de adjudicação da concessão e aprovação da respetiva minuta do contrato de concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros da Região de Aveiro.-----

----- **1.6 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Estratégia Local de Habitação de Águeda;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente. Ponto um ponto seis.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Pronto, o ponto um ponto seis é finalmente a tão ansiada estratégia local de habitação de Águeda. Eu vou pedir aqui ao senhor Vice-Presidente que tem acompanhado mais de perto este processo para nos elucidar sucintamente porque trata-se de um documento naturalmente bastante extenso. Muito obrigado Sr. Presidente.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Vice-Presidente, por favor.-----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal - Edson Carlos Viegas dos Santos:**-----

----- “Boa noite. Obrigado. Ora bem, boa noite a todos. Eu não vou ler o documento todo, tanto que ele já esteve, foi publicado e esteve disponível a toda a gente, até para receber alguns contributos. Mas este documento é um instrumento, é um instrumento que define e pode definir a estratégia de intervenção política e matéria política da habitação e a escala local Concelho de Águeda. É também um documento que tem o horizonte temporal de seis anos, isto relativamente ao primeiro direito só, podendo ter um período maior se for alvo de alteração e pode ser alvo de alteração a qualquer momento, ou seja, é um documento que a qualquer momento poderá sofrer alterações, é isso que nós esperamos que aconteça. É um documento também que permite identificar os problemas e criar soluções habitacionais para o Concelho de Águeda. Portanto, é um documento que ao fim ao cabo será uma ferramenta que nos vai permitir estar aprovada perante o IHRU e poderá a partir desse momento estarmos todos em melhores condições para ir buscar o financiamento que teremos direito e financiamento esse que será na ordem dos cem por cento por cada obra ou por cada estrutura que se veja a ser criada. Isto vai implicar a Câmara, particulares e também algumas... e membros particulares, as pessoas que têm dificuldades ou que têm algum problema na sua habitação poderá recorrer a este sistema. E o documento é extenso e é um documento que vos posso dizer já, se calhar, e como já disseram e bem, é um documento que já vai um pouco tarde, nós



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

assumimos isso, é um documento também se calhar já não estará tão atualizado como esse porque é um documento que já começou a ser elaborado há quase dois anos, assumimos isso também, mas também sabemos que temos que o aprovar o mais rápido possível. Ele está pronto para ser aprovado neste momento, é isso que nós apelamos que ele seja aprovado para que possamos então levar enviar este documento para o IHRU para que possamos estar em condições de começar a receber as primeiras verbas e que seja-nos atribuído o valor global que rondará os trinta milhões mais ou menos que estão aqui definidos só para a Câmara Municipal de Águeda e, portanto, nesse sentido é um documento que pode ser também a qualquer momento alterado e, portanto, também estamos aqui e podemos depois de aprovação de hoje ser aprovado mesmo pelo IHRU em janeiro podemos já estar em condições para começar a receber propostas, alterá-lo e ir mais de encontro à realidade de Águeda em termos de habitação. É um documento que só por si não vai resolver o problema da habitação em Águeda, mas vai de alguma forma contribuir para que se possa ir buscar mais algum dinheiro, para que se possa ir buscar uma forma de acelerar este processo de resolver o problema da habitação que temos e todos nós assumimos que é um problema e é uma prioridade para todos nós. Portanto, estarei disponível para responder algumas questões mas vamos... se poder responder estarei... se não puder dar a resposta agora darei resposta depois mais tarde. Não estarei a par de todo o documento em si mas...-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Senhor Vice-Presidente. Inscrições para o ponto... Sr. Deputado José Tendeiro, por favor.-----

----- **José Miguel Ramos Tendeiro – PPD/PSD.MPT:**-----

----- “Muito boa noite a todos, em primeiro lugar cumprimentar o Presidente da Assembleia, as secretárias, o Executivo no nome do Presidente da Câmara, caros colegas Deputados municipais, ao público que assiste aqui hoje e a todo o público que assiste através da Águeda TV. Relativamente ao tema que estamos a discutir aqui hoje, a questão da habitação, recentemente tivemos dados definitivos dos censos de dois mil e vinte e um e salvo raras exceções o crescimento da população está a acontecer apenas nos Concelhos que pertencem às grandes áreas metropolitanas, ou seja, de Lisboa e do Porto. Para além disso conseguimos perceber que o nosso país perdeu mais de duzentas mil pessoas, o distrito de Aveiro também perdeu população e Águeda não foi exceção e numa década perdemos cerca de mil e quinhentas pessoas. De entre os Municípios à nossa volta fomos um dos mais penalizados. É um facto, temos de olhar isto com atenção mas ao mesmo tempo também temos de tirar ilações e ver isto, perceber o que é que pode ser feito para o futuro. Mas outro dos dados que foi retirado dos censos de dois mil e vinte e um mostra-nos outra realidade que está relacionada com as deslocações pendulares, ou seja, das deslocações que os cidadãos fazem de casa para o





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

trabalho e de trabalho para casa. E neste aspeto Águeda houve uma diminuição das deslocações pendulares de Águeda para fora e um aumento das deslocações de fora para dentro de Águeda. E isto é uma oportunidade para o nosso Concelho, temos de aproveitar isto, temos de ter esta estratégia local de habitação como uma oportunidade tendo em conta este facto que acabo de mencionar e sendo Águeda reconhecida por todos como um Concelho com uma dinâmica empresarial e industrial bastante grande e por ter normalmente taxas de desemprego bastante baixas, temos ainda de pôr este ponto mais em consideração para levar aqui um grande enfoque a estratégia local de habitação. Esta estratégia que estamos aqui a apreciar hoje trata-se de um documento que muito nos interessa, um documento que tem uma grande importância para o futuro do nosso Concelho, e sobretudo atrair e fixar população e novas gerações ao nosso Concelho. Trata-se de um tema que tem vindo a ser questionado várias vezes nestas Assembleias ao Executivo, que tem sido questionado também fora, mas hoje é tempo de analisar este documento e fica claro, para quem teve oportunidade de ler o documento, que houve aqui um trabalho profundo, exaustivo, a analisar os problemas e as propostas para este documento. As propostas que estão em cima da mesa são diversas para dar resposta a também problemas bastante diferentes. Desde a habitação social, à classe média, sem nunca esquecer os mais jovens. Ao ler o documento percebemos a importância da análise que foi feita na identificação clara dos problemas e na quantidade de habitações que precisam de ser intervencionadas. Estamos a falar de um total de trezentos e setenta agregados familiares que precisam de ser... que estão a ser afetados, ou seja, mais de mil pessoas que estão a ser afetadas neste momento. Estamos a falar de respostas sociais por isso estes números são, no nosso entender, preocupantes e mostram a importância desta estratégia ser implementada. No entanto, esta estratégia, que estamos a discutir aqui hoje, também fala de respostas para outros grupos da população e como tem sido dito pelo Executivo, e em especial pelo Sr. Presidente, são precisas soluções para a classe média e também para os mais jovens. A habitação sempre foi uma prioridade do PSD, sempre foi uma prioridade no nosso programa eleitoral, e acredito que se trata aqui de um tema que é da preocupação de todos os partidos nesta Assembleia representados. Todos concordamos que precisamos de uma estratégia local de habitação para continuar a atrair e fixar a população ao nosso Concelho. Posto isto, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, podem contar com a nossa confiança para a execução desta estratégia que consideramos abrangente e ao mesmo tempo ambiciosa para o nosso Concelho. Mas como o investimento que foi anunciado na ordem dos trinta milhões de euros inclui o recurso a várias medidas e o envolvimento de atores privados, queremos deixar aqui algumas questões que consideramos importantes. A estratégia que foi enviada está assente em três pilares e dois deles são destinados a soluções acessíveis para todos os que não têm



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

resposta no mercado e também a aposta na captação de investimento privado para aumentar assim a oferta de habitação no nosso Concelho. Neste sentido, o que é que poderemos esperar do recurso ao arrendamento para subarrendamento? Se este tipo de solução também poderá beneficiar os jovens. Outra questão, e importante para a execução da estratégia, é se estão a ser pensadas mudanças na regulamentação aplicada ao urbanismo. E por fim, e para terminar, também gostávamos de perguntar quais são as expetativas para as bolsas de terreno que se propõe criar para mobilizar o investimento privado para a construção a preços acessíveis. Muito obrigado.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

----- “Sr. Presidente da Assembleia. Sr. Vice-Presidente, era fácil, escusávamos de vir aqui ou rapidamente aprovávamos isto e íamos embora, pronto, as questões são assim, é urgente, é importante, atrasámo-nos e está feito. Pronto e a política é assim. E na próxima medida, a estratégia qualquer da saúde que ainda não veio, já foi aprovada há muito tempo mas ainda não veio, também chegava aqui e dizia “olha, é aqui pá já estamos atrasados, é urgente”, e pronto e é aprovado e pronto. E na próxima medida, por exemplo, sobre as florestas, que também já foi prometido mas ainda não veio. Chegava aqui e é para provar e pronto. Pois é Sr., Vice-Presidente, o problema aqui é na própria estratégia, naquilo que lá vem escrito. O Decreto de lei é de dois mil e dezoito, Sr. Presidente, é preciso assumir isto. O Sr. Presidente da Câmara, naquela altura Presidente da Câmara eleito pelo Movimento Independente dos Juntos, disse em dezembro de dois mil e vinte “está pronta e tenho aqui no telemóvel”. Em dois mil e vinte e um, no PSD, em dezembro, está pronta e finalmente eu reconheço que está pronta chegamos a novembro de dois mil e vinte e dois. Pronto é assumir, como o Sr. Vice-Presidente, estamos atrasados. Mas porque é que estamos atrasados? Não explicou. As confusões com a empresa que foi, depois que não aceitaram, depois que tiveram que pagar mais e os serviços da Câmara fazer aquilo que a empresa devia ter feito, etc., etc. Mas pronto, estamos atrasados. Reconhecer que aqui à volta, Vagos, aprovado em setembro de dois mil e vinte, dois anos de avanço sobre nós. Oliveira do Bairro, aprovado em novembro de dois mil e vinte, dois anos de avanço sobre nós. Anadia, fevereiro de dois mil e vinte e um, Albergaria, setembro de dois mil e vinte e um, Severo, maio de dois mil e vinte e um e já agora, em fevereiro, tivemos a Mealhada e Ílhavo. Todos eles já concorreram, já acabaram e concorreram a um programa, eu lembro-me que trouxemos cá a secretária de estado durante a campanha eleitoral, secretária de estado da habitação, que ficou muito admirada por Águeda não ter feito a candidatura ao primeiro direito. O que é que é este programa ao primeiro direito? Qualquer um de vocês tinha uma casa degradada onde tinha más condições de habitação, a Câmara fazia o levantamento, via que precisava de um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

telhado, duas janelas, não sei quê, fazia um orçamento e o Estado pagava cem por cento integralmente, a Câmara pagava zero e vocês pagavam zero. Eles já concorreram ao primeiro direito, nós ainda não. É disto que se trata este atraso. Infelizmente para nós, não somos os últimos, há pior que nós, mas está muita gente, mais de cento e cinquenta Câmaras já concorreram e só há um milhão e duzentos... mil e duzentos milhões de euros, que já devem estar esgotados quando lá chegar a nossa candidatura. Portanto, já não vai ser cem por cento, já vai ser oitenta ou já vai ser setenta. Pronto, é isto que estamos a falar, estamos a falar de vocês ainda não terem as casas arranjadas a custo zero. E estamos a falar de que espero que esta estratégia dê bem, e aí o Sr. Vice-Presidente da razão, nós não nos vamos opor a isto, espero que dê bem para ver se ainda conseguimos algum apoio e que isto avance. Isto é o primeiro erro. Mas o erro do Executivo está escrito no próprio documento na sua página oito, que diz o seguinte: “o trabalho desenvolvido em estreita articulação com a Câmara Municipal”, meus senhores, o Partido Socialista tem dois excelentes Vereadores na Câmara Municipal, a Daniela Herculano e o Luís Pinho, pediram várias vezes para participar na construção desta estratégia local da habitação, pediram várias vezes para que lhes fossem dados documentos... nenhum, nunca quiseram a participação deles. Como é que vem aqui que houve uma estreita articulação com a Câmara Municipal de que eles fazem parte? Não senhor. O Executivo do PSD tem este problema, não consegue ouvir todos nem que seja para dizer “não concordo”, mas nem sequer quer ouvi-los. Pior é que na estratégia diz como um dos pontos fundamentais, na sua página vinte e um e cinquenta e sete diz só isto. Meus senhores se estamos à espera que os privados construam os apartamentos para depois arrendar, pois eles logicamente havendo poucos apartamentos os preços sobem e se eu quiser comprar e houver poucos para comprar os preços também sobem, portanto, ficaremos sempre na dependência daquilo que os privados quiserem e muito bem investir para o seu lucro. É pá mas na página é vinte e um e cinquenta e sete desta estratégia diz assim: “é fundamental... e diz o seguinte: “definido como essencial a aquisição de terrenos de propriedade pública capaz de assegurar a regulação do mercado habitacional”. Era fundamental que a Câmara tal e qual como no tempo de Gil Nadais, fez ao comprar os terrenos lá em cima para conseguir fazer um parque, a Câmara comprasse terrenos nas várias áreas depois com uma certa estratégia nas várias áreas do Concelho, para quê? Para tendo esses terrenos poder disponibilizar para construções mais baratas e, portanto, para rendas mais baratas e para prédios mais baratos. Está aqui. A Câmara o que é que fez? No ano passado pôs cem mil euros no orçamento, acho que não gastou nenhum. Este ano para melhorar vai conseguir pôr cinquenta mil. Portanto, em vez de aumentar acho que diminuiu. Mas depois disso diz assim: não, em dois mil e vinte e quatro, daqui a dois anos, vamos comprar terrenos para isso, cento e cinquenta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

mil euros e dois mil e vinte e cinco cento e cinquenta mil euros. Esquecem-se que bem desenvolveram com o Governo do Partido Socialista uma grande iniciativa com um bom trabalho desta Câmara e do Sr. Presidente na questão do Águeda Aveiro. O Águeda Aveiro, esperemos nós, estará pronto em dois mil e vinte e sete. As casas deveriam estar prontas em dois mil e vinte e sete porque nessa altura passaremos assim, Sr. Presidente, a ser os únicos, aqueles que temos os impostos mais baratos. Com impostos mais baratos, com casas mais baratas, só se as pessoas que moram em Aveiro e na zona que trabalhem cá não quisessem vir para cá. Agora quando eles quiserem vir para cá continuam os movimentos pendulares a ir para Aveiro dormir porque vêm cá só trabalhar porque cá nem a sequer há casas. É aqui o erro que nós fazemos. Só para este tema chamar a atenção que há aí algumas medidas, como essa que eu percebi dessa do subarrendamento, há aqui excelentes medidas, claro, que já se tomam há vários anos e que o Executivo faz bem, só faltava eles não fazerem bem. Lembrem-se que eu sempre aqui falei que saiu agora até no relatório dos Vereadores do PS, não me enganei muito, disse-o no ano passado e disse este ano, oitenta por cento das coisas o PS votou a favor, é normal, discordamos em seis ou sete por cento a dez por cento das coisas pois há três por cento que discordamos mesmo muito. Mas isso é o normal! E, portanto, só faltava que pessoas que foram eleitas por nós, pagas por nós, a quem damos o dinheiro para fazer as coisas não fizessem oitenta por cento das coisas bem que eu confio que fazem. Portanto, onde está a estratégia disto? Nós iremos aprovar isto. Onde é que está a estratégia disto? Estratégia disto é que isto tem que ser complementado, como eu disse há bocado com a fiscalidade. Não podemos estar nós a aprovar aqui e a primeira coisa que nós vimos é que aprovaram hoje cinquenta mil euros para a aquisição de terrenos em dois mil e vinte e dois. Em vinte e três. Atenção que o Vereador do Partido Socialista, o Paulo Seara, quando já passaram uns anos, propôs e sempre foi a ideia que se fosse necessário o PS apoiaria a contração de um empréstimo como está a acontecer em muitos Concelhos do país nem que seja um milhão, dois milhões, três milhões, para comprar terrenos e avançar e decidir e fazer. Não se vê isso, vamos esperar só que haja o primeiro direito, depois vamos esperar que haja uma candidatura que dê resultado, depois vamos esperar, esperar... espero que a estrada esteja construída e não se vai ver isso. E em relação à estrada e à habitação, Sr. Presidente, falou aqui e eu falei, o Sr. Presidente disse que iria fazê-lo, que iria fazer reuniões com os proprietários dos terrenos onde passam nos sítios adjacentes da estrada da ligação Águeda Aveiro. Que eu ouvisse falar não reuniu nunca com ninguém. Portanto, a especulação de terrenos, o senhor deixou-a avançar, quando devia ser até a Câmara ser a primeira a aquisição a adquirir, a esclarecer, a fazer, como já fizeram nalguns sítios mas que aqui ainda não se fez e pelos vistos em Aveiro também não que ainda hoje li. E é aqui nesta parte da habitação.....



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

- **Presidente da Assembleia:** Peço que conclua, está bem Sr. Deputado?-----
- **Deputado José Vidal:** Ah! Desculpe. É aqui nesta parte da habitação que nós temos que investir, é na aquisição. Pronto, já têm o golpe para o próximo ano mas há lá muitas verbas, porque inclusive no golpe há lá dez milhões de uma coisa que diz “outros”. É pá, pronto, cabe lá muitos outros, não sabemos o que é que lá está dentro mas cabe lá qualquer coisa, dez milhões e, pronto, está aprovado. É pá, que seja algum desses outros seja para isto, que consiga fazer uma iniciativa, consiga aprovar rapidamente esta estratégia, pô-la em causa e começar pelo menos a regular o mercado e o mercado só se compra com terrenos públicos. As grandes cidades europeias têm quarenta, cinquenta, trinta, quarenta, cinquenta por cento de construção pública e de edificado público. Desculpe lá Sr. Presidente. Obrigado.”-----
- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Sr. Deputado Miguel Oliveira, faz favor.-----
- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----
- Muito obrigado Sr. Presidente. Naturalmente não podíamos... -----
- **Presidente da Assembleia:** Peço um pouco de silêncio, por favor. Sr. Deputado, vamos fazer aqui um compasso para que as pessoas se ausentem.-----
- **Deputado Miguel Oliveira:** Muito obrigado. Naturalmente não podíamos deixar de intervir num ponto tão importante como a estratégia local da habitação. Nós acompanhamos muitas das reservas que aqui foram colocadas mas entendemos o seguinte, é melhor ter um plano provavelmente incompleto, uma estratégia incompleta, talvez até já desajustada uma parte do tempo, do que não ter plano nenhum, do que não ter estratégia nenhuma. E isto aplica-se tanto à habitação como a ordenamento do território como à defesa da floresta, como à área da saúde, como à área da educação e por aí adiante. Portanto, por um lado embora tardio nós temos de saudar existir pelo menos uma proposta para apreciação de uma estratégia local de habitação, que nós entendemos que é insuficiente em muitos aspetos. E por isso é que se justifica o meu voto de abstenção e, portanto, não obstaculização à estratégia local de habitação proposta pela Câmara Municipal de Águeda, embora, naturalmente, não concordando inteiramente com ela também não a possa votar favoravelmente. O bom dos planos é que sejam eles maus ou bons podem sempre ser melhorados. Às vezes acaba-se o tempo para o conseguir e, portanto, há esta esperança de que com o devido tempo, ouvindo mais e melhor a oposição, quem está na maioria, que rege o Executivo de Águeda, possa fazer uma aplicação concreta da estratégia local de habitação que seja favorável ao Município e aos munícipes. Muito obrigado.”-----
- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Mais alguém se quer escrever para o ponto? Não? Então tem a palavra Sr. Vice-Presidente.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal - Edson Carlos Viegas dos Santos:** -----

----- “Vamos lá, depressa e bem ninguém vai mas acho que... só responder aqui duas situações. José Vidal, este documento esteve em discussão pública e podia ter vindo para aqui muito mais enriquecido, se calhar com outras linhas, e se calhar podia estar tudo aquilo que prevê ou que devia ser este documento podia estar aqui vertido só que foi este que esteve em discussão pública, não recebi nenhuma proposta, achava eu que este documento estava a ser realizado há dois anos, achava eu que não valia a pena estar a criar mais estudos, mais gabinetes, para criarmos um novo plano. O meu objetivo é muito simples, aprovar este plano, mandar para o ERU, depois ser aprovado, reunir novamente com os grupos parlamentares, logicamente, criar um documento que sejam documentos estratégicos, porque isto não vai acabar nos cinco ou nos seis anos próximos, portanto, isto a estratégia, o problema da habitação não se vai resolver nos próximos cinco anos. Criar um gabinete na Câmara que seja um gabinete que nos possa dar apoio para implementação dessa estratégia porque não vamos cá pensar coisas diferentes, a Câmara tem os seus recursos humanos e não consegue dar resposta àquilo que vai ser preciso para implementar esta estratégia. Para vocês verem, não é tão simples como o Sr. José Vidal diz, que alguém que tenha um problema na sua habitação chega à Câmara, entrega a proposta e é aprovado em cem por cento. Isto é muito mais complexo. Quem é que vai fazer os projetos? Quem é que vai propor e aprovar a proposta? Aonde é que vai ser a entrega? Isto é um plano que para muitos está desconhecidos. Já foi aprovado em muitas muitos Concelhos, até agora resultados pouco se vê porque isto é mesmo complexo e, portanto, nós podemos arrancar tarde mas já arrancámos com algum conhecimento de quem já começou, e começou e que já teve os seus problemas, e nós vamos tentar é ganhar tempo. Mas, ao contrário também daquilo que o professor José Vidal diz, lá no plano e orçamento do próximo ano não estão só cinquenta mil euros, estão previstos mais de setecentos mil. Estão previstos mais de setecentos mil e, portanto, cinquenta mil só para aquisição de terrenos. Sr. Professor José Vidal, se eu tivesse colocado um milhão vocês estavam a dizer que o orçamento era sessenta e um, já era sessenta e dois e que estávamos aqui a empolar e que não íamos nada comprar. Portanto, está lá uma verba, foi para abrir a rubrica, e o que eu me proponho, que eu acho que é o que este Executivo se propõe também, logicamente além de trabalhar com os Vereadores da oposição é trabalhar também com esta Assembleia. Porque volto a repetir, esta proposta deste documento e desta estratégia não vai resolver só por si o problema da habitação em Águeda, porque isto também tem muito a ver com os privados. Os privados têm que estar disponíveis para resolver esta situação também, portanto, não é só a Câmara a implementar todo esta esta prioridade que é neste caso a estratégia local de habitação. Portanto, eu penso que é o que eu vos proponho, e peço, e neste



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

momento é aquilo que nós pedimos, é que seja aprovado o mais rápido possível, assim como o Dr. Miguel falou e eu concordo muito com aquilo que ele diz e é esta a iniciativa, é um documento que tenho, era o documento mais avançado que tinha, vamos aprová-lo, vamos levar para o ERU e a partir desse momento teremos uma verba será aprovada pelo ERU, vamos ver quantos milhões, vamos ver qual é que será, e a partir daí começamos a trabalhar. Trabalhar em conjunto, porque nem a Câmara sozinha vai conseguir implementar isto, nem a Câmara e a Assembleia também sozinhos também não vão lá, portanto, temos que envolver toda a comunidade, temos que envolver os privados, temos que envolver toda a gente e vamos lá ver, sinceramente vamos lá ver, como é que isto se pode depois implementar porque isto requer gabinetes, tudo, gabinetes, projetistas... isto não é algo que se vá... só com dinheiro não se faz esta estratégia local de habitação. Portanto, eu agradecia a vossa compreensão, estamos atrasados mas agradecia que aprovássemos isto hoje para que possamos aqui ganhar um tempo precioso. Muito obrigado.” -----

----- **Presidente da Câmara Municipal - Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Sr. Presidente, se me permite, eu só queria dar aqui uma pequena achega por uma razão muito simples. Eu ouvi aqui o senhor José Vidal falar e naturalmente que tenho o hábito de pensar e queria partilhar convosco algumas cogitações. Tenta-se passar a ideia de que Águeda que é um marasmo e que não acontece aqui nada. Eu percebo claramente, é o papel das oposições, naturalmente, e nós temos que perceber isso, acho pouco para esse papel mas passa demasiadas vezes essa tentativa de se dizer e repetir exaustivamente que não acontece nada. E aqui há uns dias foi publicado aí um anuário financeiro dos Municípios e até houve um órgão de comunicação social que se preocupou logo em dizer que Águeda não está nos cem mais eficientes, não sei muito bem o que é que isso quer dizer de ser mais eficiente e de realmente quais eram os critérios mas o que é facto é que não estávamos referenciados nos cem mais eficientes. Mas engraçado que se tivesse procurado bem teria aparecido lá com um lugar de destaque muito interessantes para o Município, nomeadamente nos capítulos de Município com menor passivo exigível e depois o Município com menor volume de juros e encargos de vida de dívida financeira. Interessante e sem dúvida muito bom. Mas depois tem uma coisa que tentaram passar como pejorativa e mau, que diz o seguinte: Município com maior aumento da coleta de IMI em dois mil e vinte e um e acham isto absolutamente interessantíssimo. Se nós temos a taxa mínima de IMI sobre o mesmo território, e supostamente como não acontece cá nada sobre as mesmas coisas, como é que somos nós que estamos claramente referenciados em vigésimo oitavo lugar dos trezentos e oito Municípios do país como uma... desculpem, com maior aumento de coleta de IMI em dois mil e vinte e um. Acho isto absolutamente fabuloso. Sabem o que é que isto quer dizer? Dinâmica. Dinâmica. Aqui acontecem muitas coisas, aqui o objeto da tal coleta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

de IMI aumenta todos os anos insignificativamente. E, portanto, eu queria dizer que estamos aqui a recolher mais um instrumento, naturalmente que já teria sido muito bom que já o tivéssemos aprovado há mais tempo, mas gostaria também, já agora, quando se trata de chegarmos cedo a recursos financeiros queria dizer que fomos o primeiro Município a ter sessenta e seis milhões de euros contratualizados com o PRR, fomos os primeiros a chegar lá, os primeiros do país. E já agora, uma coisa absolutamente interessante. Uma coisa absolutamente interessante. Tivemos indiscutivelmente a melhor candidatura e a mais financiada para as áreas de acolhimento empresarial de nova geração. É pá, não tinha ficado mal termos todos dito “é pá ainda bem, correu bem”. Termos lembrado isso aqui. Porque esta história todos nós percebemos, só para as oposições é que é possível ter sol na eira e chuva no nabal. Muito obrigado.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Mais alguma intervenção? Faz favor Sr. Deputado. --

----- **António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas – PS:** -----

----- “Boa noite Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente, todos os presentes. Em relação à estratégia local de habitação tive a oportunidade de estar presente na reunião de Executivo e em ter sido explicada esta estratégia pelo facto de pertencer à Comissão Permanente do Urbanismo, Património, Obras Públicas, Ambiente, Ordenamento do Território e Proteção Civil. Comissão que nunca reuniu, portanto, tomei posse em abril de dois mil e vinte e dois, estamos em novembro, até hoje nunca reuniu. Mas em relação a esta situação e em relação à estratégia local de habitação acho que não é má, ok? É boa. E é boa e tive a oportunidade de o dizer, no âmbito social, ok? É uma estratégia que vem colmatar algumas deficiências do Concelho mas que... e... eu... e muito bem disse aqui o Dr. Edson é que não está fechado, em janeiro poderá ser discutido e acrescentado. É evidente que - e segundo os dados e as estatísticas falam por si e é fácil fazer estatísticas, eu posso-vos fazer estatísticas muito rapidamente e jogar com os números, isso são estratégias – aqui o que acontece é que há aqui um pormenor muito importante, eu estive à frente de licenciamentos no Concelho e posso-vos dizer para licenciar uma habitação ou uma indústria em muitos das situações demora três anos. Em três anos a vida das pessoas muda, em três anos eu hoje posso poder construir daqui a três anos posso não poder construir e, portanto, a pessoa desiste e vai para o Concelho vizinho. Em relação a esta situação e falámos e que é necessário muitos projetos, sim eu até propunha que tivéssemos a mesma estratégia que tivemos para o Casarão, em que a Câmara oferecia o projeto a quem construísse e quisesse aquele projeto que estava previamente definido pela Câmara Municipal. Porque não? Porque aqui o que muitas das vezes se perde tempo é na aprovação dos projetos de arquitetura e porque não a Câmara ter já esses projetos pré-definidos para uma habitação social ou





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

para quem quisesse construir? Ok? Poupávamos tempo e ganhávamos dinheiro. E era isso que eu queria deixar aqui porque acho que era importante. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado Sr. Deputado António Mascarenhas. Mais alguma intervenção? Não? Então agora sim passemos à votação.-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com dez abstenções, cinco do Grupo Municipal do PS e cinco do Grupo Municipal do CDS-PP, a proposta da Câmara Municipal de Estratégia Local de Habitação de Águeda.-----

----- **1.7 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de adendas a protocolos e contrato interadministrativo n.º 318/16 e 319/16, celebrados com a Junta de Freguesia de Valongo do Vouga, para atualização do valor a pagar no âmbito do fornecimento de refeições escolares aos alunos do Pré-Escolar e 1.º Ciclo de Ensino Básico;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, quer expor alguma coisa sobre o ponto?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, quem vai explanar esse assunto é a Dra. Marlene Gaia. Muito obrigado.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sra. Vereadora, por favor.-----

----- **Vereadora Marlene Domingues Gaio:**-----

----- “Boa noite a todos. Só para explicar então que relativamente aos refeitórios escolares nós recebemos este ano o remanescente das competências que não tínhamos recebido ainda com o Aproximar Educação, entre elas os refeitórios escolares. E o pré-escolar e o primeiro ciclo estava já protocolado com doze associações, vá a onze instituições e uma Junta de Freguesia. Os quatro refeitórios que nós recebemos da DGEST nós apresentámo-lo a concurso público e num concurso público o preço foi fixado pela refeição, por essa empresa que se candidatou, aliás foram várias, mas a que ganhou o concurso foi dois euros e vinte e nove mais IVA. E, portanto, como nós estávamos a pagar um preço inferior às onze IPSS e à Junta de Freguesia com quem tínhamos protocolado o fornecimento de refeições do pré-escolar e do primeiro ciclo, nós reunimos com todas, apresentámos essa situação e dissemos-lhe que por uma questão de equidade e de igualdade, naturalmente que o valor a pagar por refeição seria também os dois euros e vinte e nove mais IVA. Quero aqui deixar ou ressaltar apenas que no concurso público e no caderno de encargos com a empresa com quem nós temos a concessão de refeitórios, que é a empresa ICA, está clausulado que poderá eventualmente haver necessidade de em qualquer momento do contrato revermos esse valor se continuar a existir um aumento das mercadorias e dos combustíveis porque esse valor importa também o transporte. E, portanto, o compromisso que assumimos com as onze e IPSS e a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Junta de Freguesia foi de se viermos a rever o valor que temos com a ICA revemos naturalmente também o valor que temos nos protocolos. Uma vez que estes protocolos vieram à aprovação da Assembleia Municipal o que se pede hoje é que se faça uma adenda alterando o valor das refeições que naturalmente por maioria da razão terá também que ser aprovado por esta Assembleia. E é o que o se requer.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sra. Vereadora. Alguém quer intervir no ponto? Não? Muito bem. Passamos então à votação.-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração de adendas a protocolos e contrato interadministrativo n.º 318/16 e 319/16, celebrados com a Junta de Freguesia de Valongo do Vouga, para atualização do valor a pagar no âmbito do fornecimento de refeições escolares aos alunos do Pré-Escolar e 1.º Ciclo de Ensino Básico. -----

----- **1.8 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, para execução de tarefas decorrentes da candidatura aprovada e cofinanciada pelo Fundo Ambiental para requalificação ambiental e paisagística da Pateira de Fermentelos, com a Junta de Freguesia de Fermentelos, e com as Uniãoes de Freguesia de Barrô e Aguada de Baixo, de Recardães e Espinhel e de Travassô e Óis da Ribeira; –**

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente quer tomar a palavra? -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, sim, obrigado. Rapidamente. Trata-se de um projeto financiado pelo fundamental e que envolve neste caso o Município também com as nossas Freguesias ribeirinhas. Portanto, este protocolo é celebrado entre a Câmara Municipal, a Freguesia de Fermentelos, a Freguesia de Barrô e Aguada de Baixo, Recardães e Espinhel e Travassô e Óis da Ribeira. Para quê? Para que um trabalho mais integrado na luta contra os infestantes, neste caso os jacintos de água deixando para as Juntas pequenas tarefas de remoção dos jacintos que ficam mais junto às margens e, portanto, para termos aqui uma atividade mais, eu diria que mais frutífera. Além disso está previsto também neste protocolo que em Fermentelos seja feito o cais de acesso para retirada dos jacintos e naturalmente até para a própria entrada das nossas ceifeiras. E pronto e é isto, muito obrigado Sr. Presidente.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito bem Sr. Presidente. Alguém quer intervir no ponto? Sr. Deputado António Mascarenhas, por favor. E a seguir o Sr. Deputado Jorge Melo.-----

----- **António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas – PS:** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “Efetivamente a Pateira é um ponto de interesse, um ponto muito importante para este Concelho, estamos a falar da maior lagoa de água doce natural da Península Ibérica e que seria uma estratégia muito importante para este Concelho também no âmbito do turismo pois poderá atrair muitas pessoas e eu costumo passear pela Pateira constantemente e realmente é um panorama desagradável ver os jacintos, portanto, invadirem a nossa Pateira. E em relação ao ponto não tenho nada a colocar, apenas fazer aqui três pequenas questões que é: estes jacintos são recolhidos e para onde é que eles vão? Como é que são acondicionados e quais os custos que o Município tem com eles, ou proveitos apenas, isto que eu gostaria de ver esclarecido. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Jorge Melo, por favor.-----

----- **Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente:**-----

----- “Sr. Presidente, boa noite. Na sua pessoa cumprimentar todos os presentes, quem nos assiste lá em casa, o público. Começar aqui por um pequeno reparo que vem já do início dos trabalhos em que... sim, muitas vezes estamos de acordo, hoje não poderei estar de acordo com uma apreciação que o Miguel Oliveira fez aqui no início da intervenção, portanto, se nós estamos satisfeitos por o público cá estar, por o nosso povo cá estar e apenas um pequeno um pequeno reparo e um minutinho que já vou à intervenção. Esta é a casa da democracia e, portanto, eu penso que é de inteira justiça que as pessoas venham mostrar o seu desagrado até porque na Assembleia de Freguesia em questão a democracia não é bem a definição ou não é interpretada com a mesma definição que deveria de ser e, portanto, as pessoas não viram respondidas as questões que fizeram no local. E por conseguinte eu acho que fizeram muito bem vir e acho que devem vir mais vezes e sempre que possível dizerem aquilo que vai no seu estado de alma. Relativamente a este ponto, eu penso Sr. presidente já sabe também o que me traz cá, não é propriamente aquilo que está a ser bem feito na Pateira, é aquilo que não é feito no restante dos rios e que de forma insistente eu tenho solicitado a atenção deste Executivo, do anterior e do anterior ao anterior e assim sucessivamente, que diz respeito àquilo que se passa no Rio Vouga, que diz respeito àquilo que se passa no Rio Marnel, que diz respeito também à infestação que acontece na ponte do Marmelo, o próprio Águeda, o Cértima e por aí fora. E, portanto, que seja dada a atenção devida a esta situação, o Sr. Presidente efetivamente já disse que se espera uma intervenção no rio Vouga e também no rio Marnel, continuamos à espera, a água vai passando debaixo da ponte, não passa duas vezes é verdade que não, mas diga-nos quando, o quê e de que forma é que pensa fazer, se possível. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Trocaram-lhe o nome ali no cronómetro. Mais alguém quer intervir no ponto? Sr. Presidente tem a palavra. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Presidente da Câmara Municipal - Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Ó Sr. Presidente, eu espero ter tempo porque ali o meu tempo esteve a contar enquanto o Deputado Jorge Melo esteve a falar e, portanto... queria eu dizer que... o seguinte, naturalmente o Deputado Mascarenhas tem razão, o Município gasta muito dinheiro e volto aqui a reiterar o seguinte, continuamos a ser a única entidade - agora vamos ter a companhia das Juntas de Freguesia com este protocolo, certo – mas continuamos a ser a única entidade que na Pateira, que volto a recordar que pertence a três Municípios, retira jacintos da Pateira e curiosamente, deixem-me dizer, aquilo que quando aparecem alguns na nossa zona é um alarido tremendo, quando nos outros é um estado constante parece que fica bem. E, portanto, é preciso também todos termos um olhar crítico sobre tudo o que ali está. Agora, uma reafirmação, nós vamos continuar a tirar, vamos, vamos, e até posso-lhe dizer o seguinte, tenho o compromisso do senhor ministro do ambiente para nos ajudar a pagar uma nova ceifeira, porquê? Porque a que nós temos é velhinha e anda todos os anos, todos os anos e, portanto, nós precisamos efetivamente de uma nova ceifeira porventura com maior capacidade para sermos ainda mais eficazes a tirar, porque não fosse o trabalho desta máquina aí indiscutivelmente nós tínhamos ali uma situação, e aquelas fotos maravilhosas que quase todos os dias temos da Pateira efetivamente vamos continuar a poder fazê-las nós e todos os que visitam a Pateira porque é indiscutivelmente uma joia. Olhe, nós paralelamente à ceifeira efetivamente não é só a ceifeira que funciona, nós temos que ter camiões, máquinas. Porquê? Porque os jacintos são retirados e não podem ficar na margem e naturalmente nós estamos a cumprir o protocolo que está previsto para a remoção dos jacintos e estamos a levá-los para o sítio que devem ir e naturalmente para um aterro devidamente controlado. Uma nota relativamente àquilo que o Deputado Jorge Melo aqui disse, relativamente à questão do rios, eu queria-lhe dizer o seguinte, nós ontem e nos dois dias anteriores, ontem e anteontem, tivemos aqui um conjunto de Municípios que são nossos parceiros num programa que tem que ver com o ciclo da água e nomeadamente com a requalificação ambiental dos rios e ribeiros que temos no nosso Concelho. E queria dizer que somos tidos, e também já agora pela agência portuguesa do ambiente e pela RH centro como um Município referência naquilo que temos andado a fazer nos nossos rios e ribeiros. Agora, tem razão, nós ainda não conseguimos chegar a todo o lado mas estamos paulatinamente a andar, aliás, aprovámos hoje na reunião de Câmara mais um protocolo para reabilitarmos mais um bocadinho de outro. Mas atenção, mas aquilo que eu lhe queria dizer é o seguinte, continuamos a fazer e temos aí projetos para intervir em muitos, muitos outros locais, porquê? Nós temos imensos rios e queria recordar aqui que no passado durante tempo demasiado os nossos rios não serviram para muito mais do que sítios autenticamente de esgoto. Os rios, não sei se sabem, mas culturalmente, durante muito



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

tempo, foram usados exatamente para a gente atirar para lá aquilo que não queria. Nós estamos com um trabalho muito, muito, muito interessante e volto a reafirmar aqui uma coisa que nos envaidece e deve envaidecer a todos porque é um trabalho notável que muitas entidades têm vindo a fazer no nosso Concelho mas a Câmara também indiscutivelmente, as Juntas de Freguesia. De todos os rios que temos, e já agora rios e ribeiros, temos mil e quinhentos quilómetros no nosso Concelho. É uma coisa absolutamente fantástica e este número é brutal. Quero-lhe dizer que em termos ambientais a qualidade das águas está seriamente comprometida, naturalmente e apenas e só e lamentavelmente ainda, digo eu, no rio Cértima. E porquê? Porque o rio Cértima chega ao Concelho de Águeda nesse estado. E, portanto, a nossa luta também aí é de fazer com que as entidades funcionem e as entidades competentes funcionem, porquê? Porque já há aqui também trabalho que tem que ser feito fora da área do Município de Águeda. Mas nós não vamos descansar e temos naturalmente andado diligentemente na persecução desse objetivo que é o objetivo de que a água que chega à nossa Pateira venha o mais limpa possível e o mais limpa possível para nós é muito boa, com qualidade muito boa. Porque é isso que nós pretendemos. E, portanto, continuamos a fazer. No Marnel temos uma intervenção já para montante, também queremos fazer essa ali junto à ponte medieval porque efetivamente aquela erva pinheirinha que lá existe há décadas continuamos a lá ir com a Ceifeira tirá-la mas não é isso que basta. Além disso aquela lagoa está seriamente assoreada e também precisamos de intervir ali. Vamos trabalhar. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Deputado José Vidal.-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

----- “Sr. Presidente da Câmara, eu queria só um esclarecimento. Onde é que eu posso encontrar, nos documentos da Câmara as despesas inerentes ao transporte, tiragem, transporte, acomodação e tratamento dos jacinto, visto que aquilo são toneladas e toneladas, se as camionetas são da Câmara, se é tudo da Câmara, os recursos, e, portanto eu só gostaria de saber onde é que mais ou menos as despesas que são inerentes a isto e o tratamento onde é que é dado e por quem. Isto é, se é tudo responsabilidade da Câmara ou se pagamos alguém para o fazer ou se não pagamos a alguém ou se alguém recebe e que nós não sabemos. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Presidente da Junta de Travassô e Óis da Ribeira.-----

----- **Sérgio Edgar da Costa Neves – PUF de Travassô e Óis da Ribeira:** -----

----- “Obrigado Sr. Presidente. Eu não quero passar pela resposta do Sr. Presidente da Câmara, longe de mim, mas queria dizer aqui ao Sr. Deputado José Vidal uma questão. Eu estava ali com o meu colega Manuel, de Recardães e esta questão dos jacintos efetivamente só a Câmara de Águeda é que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

o faz e também faz com três Juntas que aqui estão e quero-lhe dizer que ainda na semana passada quando as chuvas pararam nós tivemos uma despesa colossal, só a Junta de Travassô e Óis da Ribeira, só no parque de Óis da Ribeira aonde andaram dois funcionários, vários meios que nós temos, a gastar gasóleo todo o santo dia, etc., a tirar os jacintos para que aquilo ficasse transitável e de facto estas questões de estar aqui a esmiuçar, a dizer para as pessoas lá fora que não sabem o que é que nós estamos aqui a falar, onde é que levamos, etc. Então vou-lhe dizer uma coisa, quando entrei na Junta questionei uma empresa que é da zona industrial de Mira, uma empresa que faz substratos para plantas, efetivamente eles disponibilizaram-se para ficar com os jacintos todos. Apresentei a proposta à Câmara e estivemos até a ver a questão de custos. É pá, mais valia nós termos dois orçamentos anuais porque estamos a falar de custos colossais. E, portanto, nós estarmos aqui a fazer este tipo de situação, a despesa que nós temos, só Juntas e a Câmara, portanto, a Câmara na questão da ceifeira e naquilo que nos disponibiliza o transporte, e estarmos aqui a dizer que tratamento é que fazemos... aquilo é levado para um vazadouro para ficarem a apodrecer, para ficar efetivamente... e isto é o que nós, a minha Junta faz, a despesa que nós temos de remoção só dos parques e das margens, o transporte, etc., é uma coisa que eu acho que não temos aqui a noção do que é que estamos aqui a falar e quando se faz uma questão como essa que o senhor está a fazer é exatamente isto, é não ter a noção do que é que estamos a falar porquê? Os custos inerentes ao pessoal, aos meios, ao custo de combustível que nós temos para retirar aquilo dos parques, a destruição que eles nos fazem nos parques... eu posso-lhe dizer que tenho o mobiliário urbano do Parque de Óis da Ribeiras destruído ano após ano sempre que vem uma cheia com os jacintos porque uma coisa são a força da água outra coisa é os jacintos a malhar naquilo tudo, a partir aquilo tudo. A destruição que fica no terreno, etc. e estarmos aqui a dizer do tratamento, de um conjunto de coisas, quer dizer, isto é um bocadinho assim fora do contexto, completamente fora do contexto. E, portanto, eu queria dar aqui duas coisas, a primeira, que há pouco não disse, agradecer este apoio da Câmara e só espero que o fundamental para o ano e acho que falo com os meus colegas posso efetivamente abrir porque a despesa que nós temos todos os anos com esta questão é uma coisa dantesca e atenção que a verba que chega continua sempre a ser insuficiente para os custos que nós temos e, portanto, eu só peço é que de facto a partir de janeiro possamos ter as condições de poder voltar a vir aqui com outra candidatura. Por outro lado, agradecer a situação do facto da Câmara nos dar este apoio nos camiões, etc. para transportar isto e, portanto, a questão do tratamento, etc., nós quando entramos aqui nestas questões estamos a falar de custos completamente colossais e acho que nós não devíamos desvirtuar aqui, tomara a nós conseguirmos tirá-los todos da água e levá-los ao menos para um sítio onde eles sequem e apodreçam. É só isso. Que já estamos a fazer um grande



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

favor à Pateira, estamos a fazer um grande favor à natureza e ao nosso Concelho, quanto mais estarmos aqui a pensar em coisas fantasmagóricas. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado Sr. Presidente. Sr. Deputado José Vidal por favor.-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

----- “Ó Sr. Presidente da Junta, o senhor estaria certamente sem atenção àquilo que eu perguntei, não sei se há algum problema quando eu falo que o senhor não entendeu bem. Eu não falei? Eu falei nisso mesmo Sr. Presidente da Junta! Nas despesas. Eu não pus em causa sequer os quatro mil euros, acha que eu vou votar a favor? O Sr. Presidente da Junta sempre que eu falo tem algum problema aí, tente compreender aquilo que eu disse. É difícil? É difícil o senhor chegar aqui e dizer que tem muitas despesas e não dizer quais. Que tira muita coisa e não dizer o quê. É isso que eu perguntei à Câmara! É que eu não ponho em causa que o senhor gaste isso tudo! Então que os aumentos que têm havido de transportes, de pessoal e tudo, deve gastar muito mais! Eu não ponho em causa... aliás, quando saiu esse coiso quatro mil euros, fui ler, achei pouco. E não percebo mesmo nada disso. Desculpe, desculpe, o que o senhor não percebeu e eu perguntei ao Sr. Presidente da Câmara, o senhor não entendeu, o senhor não entendeu, não lhe interessa entender mas isso não é comigo. Eu perguntei ao Sr. Presidente da Câmara e o senhor acabou de confirmar que há muitas despesas! E que é caro! Mais, fui eu que falei na CIRA, quando é que é o famoso projeto de limpeza da Pateira que já não limpa há vinte e dois anos! E felizmente, o Sr. Presidente da Câmara ouviu, estão a tentar recuperar ainda uns estudos de dois mil e catorze, não os deixar caducar para poder haver uma intervenção de fundo que nunca ficará ali pelo menos dez milhões de euros mas que é essencial para a manutenção daquilo. O que eu perguntei e é a questão que eu gostaria de ver, não tem a ver com as Juntas, e neste caso tem! O senhor também deveria apresentar “olhe, isto custa-me muito, Sr. Presidente dê-me ajuda”. O que eu perguntei ao Sr. Presidente da Câmara é se quem fazia é a Câmara, muito bem é a Câmara, quem transporta é a Câmara e onde é que são depositados? Já me disse que eram aterros, são aterros que devem ter um tratamento qualquer, eu disso não percebo nada, acredito que seja assim. E até perguntei qual era a despesa que deve ser elevada! E até perguntei onde é que isso estará. Portanto, o senhor entendeu tudo ao contrário... não foi ao contrário, portanto, o senhor pode fazer a pergunta outra vez, pode intervir as vezes, eu perguntei ao Sr. Presidente da Câmara por isso mesmo! Eu acho que aquilo deve dar bastantes despesas, são muitas toneladas que são carregadas, são depositadas, pelos vistos são tratadas em aterro para apodrecimento, eu só queria saber, perceber, como é que é o modelo e quanto é que isso custa à Câmara anualmente. Pronto. Onde é que eu poderei ver isso no próximo orçamento, por exemplo? Obrigado.”-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Mais alguma inscrição? Não? Sr. Presidente quer fazer uso de resposta?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, de todas as perguntas que o Sr. José Vidal a que me ficou na ideia era onde é que encontra nas contas da Câmara estes trabalhos. Exatamente. Todas as viaturas, equipamentos, nomeadamente a ceifeira, tem fichas de atividade que são imputadas atividade a isso e a partir daí é extrapolado o custo na nossa contabilidade de custos, portanto, está perfeitamente... agora sim, somos nós que lá andamos, a Câmara é que tem naturalmente esse cuidado, isso não invalida que às vezes as pessoas vão visitar a Pateira e tragam um jacinto e é uma desgraça, mas levam-no para casa às vezes. Muito obrigado Sr. Presidente. -----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado Sr. Presidente. Estamos então em condições de colocar o ponto à votação. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, para execução de tarefas decorrentes da candidatura aprovada e cofinanciada pelo Fundo Ambiental para requalificação ambiental e paisagística da Pateira de Fermentelos, com a Junta de Freguesia de Fermentelos, e com as Uniões de Freguesia de Barrô e Aguada de Baixo, de Recardães e Espinhel e de Travassô e Óis da Ribeira.-----

----- **1.9 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de revogação da deliberação da Assembleia Municipal que aprovou a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo, e aprovação da celebração de novo Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo;** -----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente quer explicar o ponto?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, sim, uma situação que já vem sendo comum, a Junta de Freguesia, neste caso a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo tinha um acordo interadministrativo, um protocolo de apoio aprovado e vem aqui pedir para mudar o objeto por dificuldades que surgiram ou por novas prioridades e, portanto, é uma solicitação da Junta de Freguesia e não vemos inconveniente. Muito obrigado.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado Sr. Presidente. Srs. Deputados, alguém quer intervir no ponto? Vamos então colocá-la à votação. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por**





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de revogação da deliberação da Assembleia Municipal que aprovou a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo, e aprovação da celebração de novo Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo. -----

----- **1.10 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com a União de Freguesias de Águeda e Borralha e com a União de Freguesias de Recardães e Espinhel;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, neste caso são novas propostas, portanto, com exatamente com Águeda e Borralha e Recardães e Espinhel. Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado Sr. Presidente. Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

----- “Sr. Presidente parece-me haver aqui um problemazito que é na questão da ordem de trabalhos. Como é que eu posso votar a favor de uma e contra outra ou vice-versa se pertence ao um ponto dez? São situações diferenciadas. Portanto, elas devem vir sempre uma a uma para votação. Porque pode haver uma que não concorde e outra que concorde. Temos aqui no ponto um dez Borralha e Recardães e temos no um doze Valongo e Belazaima. Coisas diferentes, apoios diferenciados. Portanto, eles têm que estar expressos em ata, em minuta, a aprovação individualizada de cada um deles.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** O que o Sr. Deputado está a dizer é que o ponto um ponto de...-----

----- **Deputado José Vidal:** Se divide em dois.-----

----- **Presidente da Assembleia:** ... uma análise de votação de novas propostas, são novas propostas...-----

----- **Deputado José Vidal:** Sim.-----

----- **Presidente da Assembleia:** ... de celebração de contratos interativo.-----

----- **Deputado José Vidal:** Certo.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Delegação de competência. E no ponto...-----

----- **Deputado José Vidal:** Um ponto dez deve ser um ponto dez...-----

----- **Presidente da Assembleia:** Refere-se a duas uniões de Freguesia.-----

----- **Deputado José Vidal:** Duas votações!-----

----- **Presidente da Assembleia:** E no seu entender deveriam ter sido individualizadas em pontos distintos.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Deputado José Vidal:** Pois, são duas votações... aliás, em termos legais depois como é que vai registar? Registou as duas? Não! Há uma votação para Recardães, há outra para a Borralha, há uma para Valongo... portanto, em termos de minuta não pode ser em bloco. -----

----- **Presidente da Assembleia:** Eu julgo que a proposta foi aprovada em Executivo exatamente nesta forma...-----

----- **Deputado José Vidal:** Está bem, mas eu só estou-lhe a dizer que não deverá ser assim, portanto, à partida hoje não estou a ver problemas disso, eu só estou a chamar a atenção que até se eu fosse agora, houvesse um problema qualquer jurídico, e o senhor melhor saberá que eu, não poderíamos ter atenção porque tínhamos acesso a outro contrato que não tinha nada a ver. Pronto. É só uma chamada aqui de atenção. Há aqui outro problema que eu gostaria... posso eu não estar dentro disso. Sempre que se fizeram aqui contratos interadministrativos eles tinham que acabar no dia trinta de novembro. Ora, hoje é trinta de novembro, estamos a aprovar o quê para fazer até quando? Hoje à noite. até à meia-noite?! De certo já passa. Como é que isto funciona Sr. Presidente da Câmara? Eu lembro-me que no... eu já saí daqui há quatro anos, tinha que vir aqui, alguns vieram aqui em dezembro para serem terminados e feitos uns novos para o ano seguinte ou uma situação plurianual. Estes contratos que estão aqui vão ser acabados hoje? É que o prazo era trinta de novembro! Nós vamos dá-los hoje para acabarem hoje? A obra faz-se aqui rápido? Que me esclarece essa parte, se isso hoje é possível ou se temos que cá vir como vínhamos antes, só se a lei foi alterada, nós viemos aqui em dezembro várias vezes para revogar, parar e passar para o ano seguinte. Agora não vejo como é que... aliás, falamos sempre disso que isto deve ser tudo aprovado até fevereiro, depois excecionalmente uma situação ou outra, agora tanta alteração... não é uma! É um, dois, três, quatro, cinco, seis alterações no dia trinta de novembro para acabarmos até trinta de novembro! Acho um bocado difícil. Obrigado.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Mais alguma intervenção? Então Sr. Presidente quer responder, por favor?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, sim. Uma nota. Quem instituiu essa regra de ser até trinta de novembro fui eu. Na altura, fui. E naturalmente que agora tive que a abolir a pedido dos Srs. Presidentes da Junta, porque normalmente o que é que acontece? Temos vindo a verificar uma dificuldade acrescida em que façam as obras por falta de mão de obra e pronto. Até lhe posso dizer o seguinte, já tenho ali uma série de pedidos dos protocolos que foram feitos em que há solicitações que irão agora a uma reunião muito próxima a solicitarem-nos a transferência dessas verbas para o próximo ano. E porquê? Porque não são capazes. Aqui, penso que o Sr. Presidente da Junta está a trabalhar numa numa série de coisas que aqui estão e penso que consegue fazer alguma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

coisa, não sei, é capaz... e a ideia é isto. O que é que nós temos? Aliás, se estiver atento neste caso, e esperem lá que eu estou a falar de Águeda e Borralha, é diferente. Estava já a falar do próximo, inclusivamente o reforço de verbas que estamos a falar, porquê? Porque se verificou que os valores em causa eram absolutamente impossíveis de fazer a obra, as obras previstas, dado o aumento, mas que ainda se enquadravam dentro daquilo que seria as provisões para a Junta de Recardães. O que agora relativamente a esta questão do... eu também acho que isto poderia e deveria ter sido separado, mas no entanto vem junto e eu não vejo inconveniente que votem separadamente mas a proposta é uma, efetivamente, e, portanto, parece-me que também não será nada de extraordinariamente complexo mas volto a dizer que são Juntas diferentes e objetos diferentes e, portanto, que fará todo o sentido separar no futuro. Muito obrigado Sr. Presidente.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sim senhor, Sr. Presidente, muito bem. Mais alguém quer intervir? Passamos à votação? Já agora votamo-la, portanto, em conjunto ou querem que de alguma forma se votem separado? A proposta está desta forma, tem que ser votada desta forma.-----

----- É essa a intenção da Assembleia? Quer que coloque à consideração? A questão da legalidade não está aqui em causa, está a questão em causa em termos de votação desta Assembleia em propostas distintas. Fica o registo para situações futuras e isso importa e é assim que deve ser. No entanto, a minha questão é: se entenderem eu coloco à apreciação desta Assembleia se pretendem que a proposta seja votada em separado para cada uma destas uniões de Freguesia ou se querem votá-la, portanto, enquanto uma só e assim sendo eu pergunto: quer usar da palavra ou quer passar à votação?-----

----- **Deputado Miguel Oliveira:** Sr. Presidente posso usar da palavra?-----

----- **Presidente da Assembleia:** Faz favor.-----

----- **Deputado Miguel Oliveira:** Muito obrigado Sr. Presidente. Eu vou usar apenas da palavra para que fique registado em ata a nossa opinião. Seguimos a sua posição de submeter à Assembleia a votação tal como ela... a proposta tal como ela veio da Câmara Municipal, mas com a recomendação de quando se tratem de propostas distintas, embora sejam contratos interadministrativos, que elas venham devidamente separadas. De qualquer forma parece-me que a Assembleia Municipal o que pode fazer? Pode fazer duas votações separadas. Neste caso não tendo havido ninguém que pareça discordar de nenhuma delas parece-me pacífico, pelo menos pelo lado do CDS e é por isso que eu me estou a pronunciar, fazer a votação em conjunto desta vez. Muito obrigado.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado Sr. Deputado. Estamos de acordo? Vamos votá-la em conjunto. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com a União de Freguesias de Águeda e Borralha e com a União de Freguesias de Recardães e Espinhel.-----

----- **1.11 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Adenda ao Protocolo de Colaboração n.º 187/22, celebrado com a União de Freguesias de Recardães e Espinhel, para atribuição de apoio financeiro;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Agora sim, Sr. Presidente, julgo que terá sido o que já explanou há pouco. Sim?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Tal e qual.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Srs. Deputados, alguém quer intervir no ponto? Não? Passamo-lo então à votação. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração de Adenda ao Protocolo de Colaboração n.º 187/22, celebrado com a União de Freguesias de Recardães e Espinhel, para atribuição de apoio financeiro.-----

----- **1.12 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Protocolos de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão e a Junta de Freguesia de Valongo do Vouga, para atribuição de apoio financeiro;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Só estava aqui a ver porque eu aqui com estes meus papéis tropecei e não sei onde é que tenho essa, acho que não veio. Está aqui. Não está é marcado.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Faça favor.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente são protocolos de colaboração entre o Município e naturalmente a Freguesia de Valongo e a Freguesia de Belazaima, Castanheira e Agadão, conforme solicitações dos presidentes de Junta e perfeitamente integradas naquilo que fazemos habitualmente. Estava aqui a ver se me recordava do objeto mas pronto. Muito obrigado Sr. Presidente, penso que está esclarecido.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Srs. Deputados, alguma intervenção? Nada? Vamos colocar à votação.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração de Protocolos de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão e a Junta de Freguesia de Valongo do Vouga, para atribuição de apoio financeiro.-----

----- **1.13 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, para atribuição de apoio financeiro extraordinário, no âmbito empreitada de requalificação do Edifício da Junta e da Unidade de Saúde de Travassô.**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, é consigo.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Muito rapidamente, trata-se de quê? Eu diria que praticamente a conclusão da obra, a obra está numa fase... eu diria que a obra da construção está concluída e nós estamos aqui já a ter alguns trabalhos, nomeadamente revisão de preços e trabalhos a mais, ou seja, é para que a Junta de Freguesia possa fechar as contas com o empreiteiro e volto a dizer que esta obra foi feita desta forma com o apoio da Câmara mas naturalmente que desde o princípio o entendimento da construção da unidade de saúde e do apoio é claramente uma obra que o Município poderia ter feito de outra maneira, não o fez, não chamou a si a execução da obra por empreitada própria, porquê? Porque ela desenrola-se em propriedade da Junta de Freguesia. É essa a razão e, portanto, por esse mesmo motivo... o que quer dizer que aqui, e neste caso concreto os valores extrapolam completamente tudo, mas naturalmente que peço a todos que percebam que é uma obra que a Junta de Freguesia está a levar a efeito mas naturalmente com o financiamento integral da Câmara. Muito obrigado Sr. Presidente.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito bem Sr. Presidente. Srs. Deputados, há alguma intervenção para o ponto? Vamos colocá-la à votação. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, para atribuição de apoio financeiro extraordinário, no âmbito empreitada de requalificação do Edifício da Junta e da Unidade de Saúde de Travassô. -----

----- Concluída a ordem de trabalhos, foi lida e aprovada a minuta da ata. -----

----- **Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, público em geral, aos resistentes que ainda assim não foi tão longa quanto se esperava, pelo menos a mim e à mesa,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

agradeço a todos o empenho, a dedicação, o trabalho, a presença e desejar-vos a todos um bom feriado de amanhã e agradecer também a forma honrada e honesta como decorreram estes trabalhos. Muito obrigado.-----

----- E nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos pelas vinte e três horas e cinquenta e nove minutos, do dia trinta de novembro de dois mil e vinte e dois, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na Sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Mesa. -----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: